

IDENTIFICAÇÃO

Nível: ☒ Mestrado ☐ Doutorado

Programa de Pós-Graduação: Mestrado Profissional em Direito da Empresa e dos Negócios

Disciplina: Compliance e Direitos Sociais

Nível: Mestrado

Ano/Semestre: 2025/2

Carga horária total: 30h/a

Créditos: 2 Créditos

Área temática: Direito

Código da disciplina: 121803

Professor: Prof. Dr. Cristiano Colombo

EMENTA

Análise econômica do direito e contexto empresarial, com noções básicas acerca da teoria econômica da empresa e a perspectiva dos custos de transação. Direito do trabalho e economia, o contrato de trabalho sob a perspectiva de análise da assimetria informacional, custos de agência, risco moral, seleção adversa e sinalização. O efeito de aprisionamento contratual (contractual hold-up) e a relação de trabalho. Economia comportamental e vieses cognitivos aplicados ao contrato de trabalho. Análise de custo-benefício, a efetivação de programas de compliance trabalhista e o halo effect.

CONTEÚDO PROGRAMÁTICO

Programas de Compliance. O Compliance como instituto originário do Direito Penal e Direito Administrativo. Empresa e Compliance. Risco Judicial e Compliance. Efetivação do Compliance em matéria trabalhista.

OBJETIVOS

- a) Trabalhar com as ferramentas de análise econômica do direito na percepção do contexto empresarial, principalmente na visão da empresa como polo contratual;
- b) Dominar noções básicas de análise econômica do direito de trabalho, especialmente a assimetria informacional no contrato de trabalho e potenciais custos de agência, com a identificação de situações envolvendo risco moral, seleção adversa e sinalização;

c) Compreender noções básicas de economia comportamental, através do exame dos principais vieses cognitivos e sua caracterização na relação de trabalho.

METODOLOGIA

Serão utilizadas variadas metodologias para o desenvolvimento das atividades planejadas, especialmente preparação e apresentação de seminários e de relatórios de leitura, pesquisa em sala de aula, estudos de casos, construção de mapas conceituais, *design thinking*, *frameworks*, árvores de decisão e outros modelos.

AValiação

A avaliação será realizada a partir de competências, posicionadas a partir de conhecimentos, habilidades e atitudes, incluindo a apresentação de seminários e outras atividades desenvolvidas em sala de aula e fora dela (alicerçadas no exercício de estruturação de tema, delimitação do tema, problema, hipótese e objetivos), participação qualificada nas aulas, assiduidade elaboração de artigo científico.

BIBLIOGRAFIA BÁSICA

- BORJAS, George. Economia do trabalho. Trad. R. Brian Taylor. Rev. téc. Giacomo Balbinotto Neto. 5. ed. Porto Alegre: AMGH, 2012.
- BRAGA NETTO, Felipe Peixoto; SILVA, Michael César; THIBAU, Vinícius Lott (Coord.) O Direito Privado e o novo Código de Processo Civil: repercussões, diálogos e tendências. Belo Horizonte: Fórum, 2018.
- CAVALLI, Cassio. Empresa, direito e economia. São Paulo: Saraiva, 2014.
- COASE, R. H. The firm, the market and the law. [S.l.]: The University of Chicago Press, 1990.
- COIMBRA, Marcelo de; MANZI, Vanessa A. Manual de compliance: preservando a boa governança e integridade das organizações. São Paulo: Atlas, 2010.
- COOTER, Robert D.; UELEN, Thomas. Direito e economia. Porto Alegre: Bookmann, 2010.
- EASTERBROOK, F. The economic structure of corporate law. Cambridge: Harvard University Press, 1996.
- GORGA, Érica. Direito societário atual. Rio de Janeiro: Elsevier, 2013.
- KRAAKMAN, Reiner. et al. The anatomy of corporate law: a comparative and functional approach. Oxford: Oxford University, 2000.

MACKAAY, Ejan; ROUSSEAU, Stéphane. *Análise econômica do direito*. São Paulo, Atlas, 2014.

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR

ABRAHAM, Marcus. *Manual de auditoria jurídica: legal due diligence: uma visão multidisciplinar no direito empresarial brasileiro*. Rio de Janeiro: Quartier Latin, 2007.

ARAÚJO, Fernando. *Análise econômica do direito, programa e guia de estudo*. [S.l.]: Almedina, 2008.

ASQUINI, Alberto. Perfis da empresa. *Revista de Direito Mercantil*, São Paulo, n. 104, p. 108-126, out./dez. 1996.

BAINBRIDGE, Stephen M. *Corporate governance after the financial crisis*. Oxford: Oxford University Press, 2013.

CARLOTO, Selma. *Compliance Trabalhista*. São Paulo: LTr, 2020.

CARLOTO, Selma. *Lei Geral de Proteção de Dados Comentada com enfoque nas relações trabalhistas*. São Paulo: LTr, 2021. DA SILVEIRA, Alexandre Di Miceli. *Governança corporativa no Brasil e no mundo*. Rio de Janeiro: Elsevier, 2010.

GONÇALVES NETO, Alfredo de Assis. *Direito de empresa*. 3. ed. São Paulo: RT, 2010.

HEINEN, Juliano. *Comentários à Lei Anticorrupção – Lei 12.846/2015*. Belo Horizonte: Fórum, 2015

NORTH, Douglass C. *Custos de transação, instituições e desempenho econômico*. [S.l.]: Instituto Liberal, 2002.

SZTAJN, Rachel. *Teoria jurídica da empresa: atividade empresária e mercados*. São Paulo: Atlas, 2004.

SZTAJN, Rachel; ZYLBERSZTAJN, Decio; *Direito, economia e organizações*. [S.l.]: Campus, 2005.

YAZBEK, Otavio. *Regulação do mercado financeiro e de capitais*. 2. ed. [S.l.]: Elsevier, 2008.

POSNER, Richard A. *Economic analysis of law: aspen law*. 8th ed. [S.l.]: Wolters Kluwer, 2005.

IDENTIFICAÇÃO

Nível: ☒ Mestrado ☐ Doutorado

Programa de Pós-Graduação: Mestrado Profissional em Direito da Empresa e dos Negócios

Disciplina: Contratos Internacionais

Nível: Mestrado

Ano/Semestre: 2025/2

Carga horária total: 15h/a

Créditos: 1 Crédito

Área temática: Direito

Código da disciplina: 121800

Professor: Profa. Dra. Luciane Klein Vieira

EMENTA

Teoria geral dos contratos internacionais. As principais cláusulas contratuais. Os contratos internacionais no Direito Internacional Privado brasileiro. A harmonização legislativa em matéria contratual na União Europeia e no MERCOSUL. O *Soft Law* e as regras da Câmara de Comércio Internacional, com especial ênfase aos INCOTERMS. Os Princípios UNIDROIT e os Princípios de Haia em matéria de contratos comerciais internacionais. A Convenção de Viena de 1980 sobre compra e venda internacional de mercadorias.

CONTEÚDO PROGRAMÁTICO

I - Teoria Geral dos Contratos Internacionais

- 1.1. Noção de contrato internacional. O princípio *pacta sunt servanda*.
- 1.2. Contratos entre presentes e entre ausentes. Os contratos internacionais celebrados por meios eletrônicos.
- 1.3. O princípio da autonomia da vontade das partes para a escolha do foro e da lei aplicável. Dificuldades e tendências no Brasil e no direito comparado. As possibilidades trazidas pela arbitragem internacional.
- 1.4. A lei aplicável ao contrato internacional em ausência de eleição. As regras vigentes no direito brasileiro.

- 1.5. Os limites à aplicação da lei estrangeira: fraude e ordem pública.

II - Os Contratos Internacionais nos Espaços Integrados

- 2.1. A harmonização de legislações.
- 2.2. As regras adotadas na União Europeia.
- 2.2.1. A jurisdição internacional: Convênio de Bruxelas de 1968, Regulamento (CE) nº 44/2001 e Regulamento (UE) nº 1215/2012.
- 2.2.2. A lei aplicável ao contrato internacional: Convenção de Roma de 1980 e Regulamento (CE) nº 593/2008.
- 2.3. As regras adotadas no MERCOSUL
- 2.3.1. O Protocolo de Buenos Aires sobre Jurisdição em Matéria Contratual.
- 2.3.2. O direito interno dos Estados Mercosulinos e os contratos internacionais. Regras vinculadas à lei aplicável e à jurisdição internacional.

III - Os Contratos Comerciais Internacionais: o soft law e a uniformização das regras aplicáveis ao comércio exterior

- 3.1. O soft law e o hard law.
- 3.2. O papel da Câmara do Comércio Internacional no desenvolvimento do comércio exterior. Os INCOTERMS e a regulação dos contratos internacionais.
- 3.3. Os Princípios UNIDROIT e os Princípios de Haia em matéria de contratos comerciais internacionais.
- 3.4. O Guia relativo ao Direito Aplicável aos Contratos Comerciais Internacionais nas Américas, da OEA.
- 3.5. As principais cláusulas nos contratos internacionais.
- 3.6. A aplicação da lex mercatoria pelos tribunais judiciais e arbitrais brasileiros e pelos tribunais dos Estados Partes do MERCOSUL.
- 3.7. As convenções internacionais e a uniformização das regras do comércio internacional.
- 3.8. A Convenção de Viena de 1980 sobre compra e venda internacional de mercadorias. Obrigações do vendedor e do comprador. A liberdade para a escolha do direito aplicável ao contrato.

AVALIAÇÃO

- Estudo de casos práticos.
- Análise de contratos internacionais e redação de cláusulas contratuais.
- Análise de legislação, doutrina e jurisprudência nacional e estrangeira.

CrITÉRIOS de avaliação:

- Entrega de contrato internacional: 70%
- Apresentação de trabalho em aula: 30%.

BIBLIOGRAFIA BÁSICA

ALBORNOS, María Mercedes. Contratos internacionales en el MERCOSUR. In: AMARAL JÚNIOR, Alberto do; VIEIRA, Luciane Klein (Coords.). El derecho internacional privado y sus desafíos en la actualidad. Bogotá: Editorial Ibáñez, 2016.

ARAÚJO, Nádia de. Contratos Internacionais: autonomia da vontade, MERCOSUL e convenções internacionais. 4ª ed. Rio de Janeiro: Renovar, 2009.

CRETELLA NETO, José. Contratos Internacionais do Comércio. 2ª ed. Osasco: Letz TMCP, 2016.

DOLINGER, Jacob. Direito Internacional Privado (Parte Especial). Direito Civil Internacional. Contratos e Obrigações no Direito Internacional Privado. Vol. II. Rio de Janeiro: Renovar, 2007.

GAMA E SOUZA JR., Lauro. Autonomia da vontade nos contratos internacionais no Direito Internacional Privado brasileiro: uma leitura constitucional do artigo 9º da Lei de Introdução ao Código Civil em favor da liberdade de escolha do direito aplicável. In: TIBURCIO, Carmen; BARROSO, Luís Roberto (Orgs.) O Direito Internacional Contemporâneo. Estudos em Homenagem ao Professor Jacob Dolinger. Rio de Janeiro: Renovar, 2006.

GOICOECHEA, Ignacio. Los instrumentos de la Conferencia de La Haya de Derecho Internacional Privado que facilitan el desarrollo de los negocios internacionales y las inversiones. Revista de la Secretaría del Tribunal Permanente de Revisión”. Nº 5. Mar./2015. Disponível em: <http://revistastpr.com/index.php/rstpr/article/view/131>

MORENO RODRÍGUEZ, José Antonio. Nueva ley paraguaya de contratos internacionales: ¿regreso al pasado? In: Temas Actuales del Derecho Bancario y Societario. Asunción: Intercontinental Editora, 2015.

OFICINA PERMANENTE DE LA CONFERENCIA DE LA HAYA. Elección de la ley aplicable a los contratos del comercio internacional. ¿Principios de La Haya? In: BASEDOW, Jürgen; FERNÁNDEZ ARROYO, Diego P.; MORENO RODRÍGUEZ, José A. (Coords.) ¿Cómo se Codifica Hoy el Derecho Comercial Internacional? Asunción: La Ley Paraguaya/CEDEP, 2010.

OLIVEIRA, Agatha Brandão de; MOSCHEN, Valesca Raizer Borges. Un enfoque crítico del sistema brasileño de derecho internacional privado y los retos de la armonización: los nuevos Principios de La Haya sobre la elección del derecho aplicable en materia de contratos internacionales. In: MORENO RODRÍGUEZ, José Antonio; MARQUES, Cláudia Lima (Coords.) Los Servicios en el Derecho Internacional Privado. Jornadas de la ASADIP 2014. Porto Alegre/Asunción: Gráfica e Editora RJR, 2014.

RIBEIRO, Marilda Rosado de Sá. Contratos padrão e regulação privada na esfera transnacional. In: RIBEIRO, Marilda Rosado de Sá; COSTA, José Augusto Fontoura; ARROYO, Diego P. Fernández (Coord.) Governança Global. Vol. II. Belo Horizonte: Arraes, 2023.

VENOSA, Silvio de Salvo; GAGLIARDI, Rafael Villar; TERASHIMA, Eduardo Ono (Orgs.) A Convenção de Viena sobre Contratos de Compra e Venda Internacional de Mercadorias: desafios e perspectivas. São Paulo: Atlas, 2015.

VIEIRA, Luciane Klein; FERNANDES, Matheus Lúcio Pires. Os acordos de eleição de foro nos contratos internacionais: perspectivas a partir da entrada em vigor do novo Código de Processo Civil brasileiro. Revista de la Secretaría del Tribunal Permanente de Revisión. Nº 9. Mar./2017. Disponível em: <http://revistastpr.com/index.php/rstpr/article/view/209/339>

VIEIRA, Luciane Klein. La autonomía de la voluntad de las partes en los contratos internacionales: breves comentarios sobre el derecho argentino y brasileño. Revista de Direito da Empresa e dos Negócios. Vol. 1. Nº 2. Jul./dez. 2017. Disponível em: <http://revistas.unisinos.br/index.php/rden/article/view/15730>

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR

ARAÚJO, Nádia de; FREITAS, Caio Gomes de. Observância das cláusulas de eleição de foro no Brasil: o Protocolo de Buenos Aires na jurisprudência brasileira. In: SCOTTI, Luciana B.; VIEIRA, Luciane Klein. El Derecho Internacional Privado del MERCOSUR en la práctica de los tribunales internos de los Estados Partes. Asunción: Secretaría del Tribunal Permanente de

Revisión, 2020. pp. 465-481. Disponível em:

https://tprmercosur.org/es/activ/2020_dic_DIP_Mercosur.pdf.

MOURA, Aline Beltrame de; HORMANN, Rafaela. A autonomia da vontade na escolha da lei aplicável aos contratos de comércio internacional no Regulamento Roma I da União Europeia. Revista de Direito Internacional – Brazilian Journal of International Law. Vol. 16. Nº 2. 2019. Disponível em: <https://www.publicacoesacademicas.uniceub.br/rdi/article/view/6103/pdf>

CASELLA, Paulo Borba. Autonomia da vontade, arbitragem comercial internacional e direito brasileiro. In: TIBURCIO, Carmen; BARROSO, Luís Roberto (Orgs.). O Direito Internacional Contemporâneo. Estudos em Homenagem ao Professor Jacob Dolinger. Rio de Janeiro: Renovar, 2006.

FRESNEDO DE AGUIRRE, Cecilia. De la conveniencia práctica de tener en cuenta los “Principios de Unidroit sobre los Contratos Comerciales Internacionales” en el ámbito jurídico uruguayo. In: La Justicia Uruguay. Tomo 147. Mar./2013. Disponible en: <http://www.asadip.org/v2/wp-content/uploads/2013/12/CECILIA-ABRIL-De-la-conveniencia-practica-de-tener-en-cuenta-los-Principios-de-UNIDROIT-sobre-los-Contratos-Comerciales-Internacionales-en-el-ambito-juridico-uruguayo.pdf>.

GAMA Jr., Lauro. Contratos Internacionais à Luz dos Princípios do UNIDROIT 2004: soft law, arbitragem e jurisdição. Rio de Janeiro: Renovar, 2006.

GIMÉNEZ CORTE, Cristián. Usos Comerciales, Costumbre Jurídica y Nueva “Lex Mercatoria” en América Latina, con especial referencia al MERCOSUR. Buenos Aires: Editorial Ábaco de Rodolfo Depalma, 2010.

HERNÁNDEZ-BRETÓN, Eugenio. “Venezuela”. En: ESPLUGUES MOTA, Carlos; HARGAIN, Daniel; PALAO MORENO, Guillermo (Dir.) Derecho de los Contratos Internacionales en Latinoamérica, Portugal y España. Buenos Aires: BdeF, 2008.

MIHALI-BITTENCOURT, Gabriel. Ley aplicable a los contratos internacionales en Uruguay. In: VIEIRA, Yacyr de Aguiar (Org.) Estudos de Direito Comparado e de Direito Internacional Privado. Tomos I e II. Curitiba: Juruá, 2011.

MORENO RODRÍGUEZ, José Antonio. Autonomía contractual transfronteriza en el Paraguay: ¡habemus jurisprudencia! In: Derecho Internacional Privado y Derecho de la Integración. Libro Homenaje a Roberto Ruiz Díaz Labrano. Asunción: CEDEP, 2013.

MORENO RODRÍGUEZ, José Antonio. Derecho Aplicable y Arbitraje Internacional. Asunción: CEDEP/Intercontinental Editora, 2013.

PISANO, Beatriz. La autonomía de la voluntad en el derecho internacional privado paraguayo. Revista Jurídica La Ley Paraguaya. N° 1. Febr./2010. Disponible en: <https://cedep.files.wordpress.com/2009/02/autonomia-de-la-voluntad-en-el-dipr-paraguayo.pdf>

POLIDO, Fabrício Bertini Pasquot; SILVA, Lucas Sávio Oliveira de. Contratos internacionais eletrônicos e o direito brasileiro: entre a insuficiência normativa doméstica e as soluções globais. Revista Sequência. N° 75. Jan./Abr. 2017. Disponível em: https://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S2177-70552017000100157

SAMTLEBEN, Jürgen. Teixeira de Freitas e a autonomia das partes no direito internacional privado latino-americano. Revista de Informação Legislativa. N° 85. Jan./Mar. 1985.

TALICE, Jorge. La autonomía de la voluntad como principio de rango superior en el derecho internacional privado uruguayo. In: Liber Amicorum en Homenaje al Profesor Dr. Didier Opertti Badán. Montevideo: Fundación de Cultura Universitaria, 2005.

VIEIRA, Luciane Klein. La autonomía de la voluntad de las partes para la elección del foro y del derecho aplicable en los contratos internacionales, conforme al derecho brasileño. In: ÁLVAREZ ZÁRATE, José Manuel; FACH GÓMEZ, Katia (Coords.) Apuntes prácticos sobre la autonomía de la voluntad como punto de conexión en el Derecho Económico Internacional. Bogotá: Universidad Externado de Colombia, 2021.

IDENTIFICAÇÃO

Nível: ☒ Mestrado ☐ Doutorado

Programa de Pós-Graduação: Mestrado Profissional em Direito da Empresa e dos Negócios

Disciplina: Direito e Processo do Trabalho na Contemporaneidade 4.0

Nível: Mestrado

Ano/Semestre: 2025/2

Carga horária total: 30h/a

Créditos: 2 Créditos

Área temática: Direito

Código da disciplina: 121801

Professor: Prof. Dr. Guilherme Wünsch

EMENTA

Estudo das obras de Alain Supiot relacionados ao entrelaçamento entre a criação do homem jurídico, os direitos fundamentais e o discurso econômico. Análise horizontal do direito e as influências do poder do capitalismo nas transformações da sociedade, do comportamento dos indivíduos e da própria função do Direito do Trabalho ao longo do tempo, com vistas à construção do novo jurista mediante uma análise do futuro das relações de trabalho. A pessoa como sujeito do Direito do Trabalho. O Processo do Trabalho na Era Tecnológica. Provas.

CONTEÚDO PROGRAMÁTICO

Revisão crítica do Direito do Trabalho na Contemporaneidade. Disrupção dos modelos de trabalho e desafios empresariais. Trabalho e Capital. Trabalho e Sociedade. Negociações Coletivas e Perfis Empresariais e Sindicais. Autonomia Privada e sua Releitura no Direito do Trabalho Contemporâneo. Flexibilização, Desregulamentação e Terceirização. Relações de Trabalho e Sociedade do Consumo. Saúde do Trabalhador. A questão Psíquica da Saúde do Trabalhador. Trabalho e Sofrimento. Empregabilidade, crise e futuro das relações de trabalho. Caminhos para uma nova significação do Direito do Trabalho.

OBJETIVOS

- a) Revisar, criticamente, os institutos materiais e processuais trabalhistas;
- b) Efetuar pesquisas aplicadas no contemporâneo contexto da empregabilidade no Brasil;
- c) Compreender o a relação entre trabalho e consumo, no contexto disruptivo das relações trabalhistas modernas.

METODOLOGIA

Serão utilizadas variadas metodologias para o desenvolvimento das atividades planejadas, especialmente preparação e apresentação de seminários e de relatórios de leitura, pesquisa em sala de aula, estudos de casos, construção de mapas conceituais, *design thinking*, *frameworks*, árvores de decisão e outros modelos.

AVALIAÇÃO

A avaliação será realizada a partir de competências, posicionadas a partir de conhecimentos, habilidades e atitudes, incluindo a apresentação de seminários e outras atividades desenvolvidas em sala de aula e fora dela (alicerçadas no exercício de estruturação de tema, delimitação do tema, problema, hipótese e objetivos), participação qualificada nas aulas, assiduidade elaboração de artigo científico.

BIBLIOGRAFIA BÁSICA

- ANTUNES, Ricardo. Adeus ao Trabalho: ensaio sobre as metamorfoses e a centralidade do mundo do trabalho. 4.ed. São Paulo: Cortez, 1997.
- ARCE, Juan Carlos. Derecho del trabajo y crisis económica: la invención de porvenir. Aranzadi, 2013.
- BENITO, Santos Miguel Ruesga (coord.). Reformas Laborales en la Gran Recesión. Valencia: Tirant to Blanch, 2016.
- CARNOY, Martin. El trabajo flexible em la era de la información. Alianza Editorial, 2001.

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR

- DE MASI, Domenico. O futuro do trabalho: fadiga e ócio na sociedade pós industrial. Distrito Federal: Editora da UNB, 1999.
- DEJOURS, Christophe. A loucura do trabalho: estudo de psicopatologia do trabalho. 5.ed. Oboré: São Paulo, 1993.

DEJOURS, Christophe. BÈGUE, Florence. Trabajo y suicídio. Madrid: Modus Laborandi, 2010.

KON, Anita. A economia do trabalho: qualificação e segmentação no Brasil. Rio de Janeiro: Altabooks, 2016.

MELO, Sandro Nahmias. RODRIGUES, Karen Rosendo de Almeida Leite. Direito à desconexão do trabalho com análise crítica da Reforma Trabalhista (Lei 13.467/2017) Teletrabalho, Novas Tecnologias e Dano Existencial. São Paulo: LTr, 2018.

MUÑIZ, Javier Fernández-Costales. Estudios sobre las últimas reformas laborales: efectos de la crisis em el derecho del trabajo. Eolas Ediciones.

OLEA, Manuel Alonso. El trabajo como bien escasso y la reforma de su mercado. Civitas, 1995.

PORTO, Ederson Garin. Manual Jurídico da Startup: como criar e desenvolver projetos inovadores com segurança. Porto Alegre: Livraria do Advogado, 2018.

RIFKIN, Jeremy. O fim dos empregos: o contínuo crescimento do desemprego em todo o mundo. São Paulo: M. Books, 2004.

SUPIOT, Alain. Crítica do direito do trabalho. Fundação Calouste Gulbenkian, 2002.

SUPIOT, Alain. Homo juridicus. Ensaio sobre a função antropológica do Direito. Martins Fontes, 2007.

IDENTIFICAÇÃO

Nível: ☒ Mestrado ☐ Doutorado

Programa de Pós-Graduação: Mestrado Profissional em Direito da Empresa e dos Negócios

Disciplina: Direito e Processo Penal Econômico-Empresarial e o Papel dos *Compliance Programs*

Nível: Mestrado

Ano/Semestre: 2025/2

Carga horária total: 30h/a

Créditos: 2 Créditos

Área temática: Direito

Código da Disciplina: 112157

Professores: Prof. Dr. Francis Rafael Beck

EMENTA

A intervenção Penal do Estado na regulação da atividade empresarial. A expansão do Direito Penal diante da sociedade globalizada. As condutas delitivas decorrentes de atividade econômicas e empresariais, seus reflexos na sociedade e no mercado. Os critérios para delimitação do risco na atividade empresarial. Os reflexos das normativas penais internacionais e sua repercussão no Direito Penal brasileiro. Investigação Criminal e Medidas Cautelares Pessoais e Patrimoniais no Direito Penal Econômico-Empresarial. Atos de investigação, atos de prova e a intimidade no processo penal econômico-empresarial. Criminal Compliance, gestão do risco pessoal e patrimonial, medidas assecuratórias e confisco. Direito premial e colaboração premiada. O nemo tenetur se detegere, a proporcionalidade, prova ilícita, inevitable discovery, independent source e os limites processuais e constitucionais do agir estatal no processo penal econômico e empresarial.

CONTEÚDO PROGRAMÁTICO

- O Direito Penal contemporâneo – globalização, sociedade do risco e expansão do direito penal.
- Direito Penal Econômico e white-collar crime.

- Lei 8.137/1990 – Crimes contra a ordem tributária.
- Crimes contra a ordem previdenciária.
- Contrabando e descaminho.
- Lei 9.613/1998 – Crimes de lavagem de dinheiro
- Lei 8.137/1990 – Crimes contra a ordem econômica.
- Lei 7.492/1986 – Crimes contra o sistema financeiro nacional.
- Corrupção.
- Lei 12.850/2013 – Organizações criminosas.
- Investigação e processo penal no Direito Penal Econômico-Empresarial.
- Cooperação jurídica internacional.
- Acordo de leniência e colaboração premiada.
- Compliance programs e criminal compliance.

AVALIAÇÃO

A avaliação será realizada mediante participação em seminários, bem como elaboração de artigo científico.

BIBLIOGRAFIA BÁSICA

COIMBRA, Marcelo de Aguiar; MANZI, Vanessa Alessi (Org.). Manual de compliance: preservando a boa governança e a integridade das organizações. São Paulo: Atlas, 2010.

COSTA, José Faria (Coord.). Temas de direito penal econômico. Coimbra: Coimbra, 2005.

KUHLEN, Lothar; MONTIEL, Juan Pablo; URBINA GIMENO (Org.). Compliance y teoria del derecho penal. Madri: Marcial Pons, 2013.

NIETO MARTÍN, Adán; SAAD-DINIZ, Eduardo; GOMES, Rafael Mendes (Org.). Manual de cumprimento normativo e responsabilidade penal das pessoas jurídicas. 2ª ed. São Paulo: Tirant Lo Blanc, 2019.

NIETO MARTÍN, Adán; SAAD-DINIZ, Eduardo (Org.). Legitimidade e efetividade dos programas de compliance. São Paulo: Tirant Lo Blanc, 2021.

SALGADO, Daniel de Resende; QUEIROZ, Ronaldo Pinheiro (Org.). A prova no enfrentamento à macrocriminalidade. Salvador: Juspodivm, 2015.

SCHMIDT, Andrei Zenkner. Direito penal econômico: parte geral. Porto Alegre: Livraria do Advogado, 2015.

SILVA SÁNCHEZ, Jesús-María. A expansão do direito penal: aspectos da política criminal nas sociedades pós-industriais. São Paulo: Revista dos Tribunais, 2002.

TIEDEMANN, Klaus. Derecho penal económico: introducción y parte general. Lima: Grijley, 2009.

VECCHIO, Fabrizio Bon; BECK, Francis Rafael. Criminal compliance: entre a prevenção, afastamento e mitigação da responsabilidade penal individual. Rio de Janeiro: Literarte, 2023.

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR

ALLER, Germán. Criminalidad del poder económico: ciência y praxis. Buenos Aires: Editorial Bdef, 2011.

ANDRADE, Manuel da Costa. Métodos ocultos de investigação (Plädoyer para uma teoria geral). In: MONTE, Mário Ferreira (Org.). Que futuro para o direito processual penal. Coimbra: Coimbra, 2009.

BOTTINO, Thiago; MALAN, Diogo. Direito penal e economia. Rio de Janeiro: Elsevier: FGV, 2012.

CALLEGARI, André Luís; LINHARES, Raul Marques. Lavagem de dinheiro (com a jurisprudência do STF e STJ). Rio de Janeiro: Marcial Pons, 2022.

CAVERO, Percy García. Criminal compliance. Lima: Palestra, 2014.

CERVINI, Raúl; ADRIASOLA, Gabriel. Responsabilidade penal dos profissionais jurídicos: os limites entre a prática jurídico-notarial lícita e a participação criminal. São Paulo: RT, 2013.

DE CARLI, Carla Veríssimo (Org.). Lavagem de dinheiro: prevenção e controle penal. 2. ed. Porto Alegre: Verbo Jurídico, 2013.

DÍEZ RIPOLLÉS, José Luis. La política criminal en la encrucijada. Buenos Aires: Bdef, 2007.

GÓMEZ-JARA DÍEZ, Carlos. A responsabilidade penal da pessoa jurídica: teoria do crime para pessoas jurídicas. São Paulo: Atlas, 2015.

MANN, Kenneth. Defendig white collar crime: a portrait of attorneys at work. New Haven: Yale University Press, 1985.

SUTHERLAND, Edwin H. El delito de cuello blanco. Prefácio. Rosa del Olmo. Madrid: La Piqueta, 1999.

IDENTIFICAÇÃO

Nível: ☒ Mestrado ☐ Doutorado

Programa de Pós-Graduação: Mestrado Profissional em Direito da Empresa e dos Negócios

Disciplina: Direito Empresarial e Saúde do Trabalhador

Nível: Mestrado

Ano/Semestre: 2025/2

Carga horária total: 30h/a

Créditos: 2 Créditos

Área temática: Direito

Código da disciplina: 121802

Professor: Prof. Dr. Maurício de Carvalho Góes

EMENTA

Estudo do meio ambiente de trabalho e seus impactos na gestão das relações de trabalho. Abordagem de conceitos e ferramentas fundamentais para a gestão ambiental do trabalho na empresa. Proteção da saúde dos trabalhadores e aplicação das normas regulamentadoras do Ministério do Trabalho e Emprego. Análise dos perigos e riscos no ambiente de trabalho, bem como dos institutos da insalubridade e periculosidade com abordagem das perícias de identificação dessas insalubridades e periculosidades.

CONTEÚDO PROGRAMÁTICO

Direitos fundamentais dos Trabalhadores. Meio Ambiente do Trabalho. Proteção ao trabalhador no contexto da saúde laboral. Responsabilidade Empresarial na saúde física e psíquica do trabalhador. Adicionais de insalubridade e periculosidade e perícias técnicas. Saúde Mental no Trabalho. Gestão e Compliance.

OBJETIVOS

- a) Analisar os aspectos técnicos de perícias realizadas em ações judiciais;
- b) Estabelecer a consciência da necessidade de desenvolvimento saudável do meio ambiente laboral;

c) Traçar as principais patologias que afetam a saúde psíquica do trabalhador.

METODOLOGIA

Serão utilizadas variadas metodologias para o desenvolvimento das atividades planejadas, especialmente preparação e apresentação de seminários e de relatórios de leitura, pesquisa em sala de aula, estudos de casos, construção de mapas conceituais, *design thinking*, *frameworks*, árvores de decisão e outros modelos.

AValiação

A avaliação será realizada a partir de competências, posicionadas a partir de conhecimentos, habilidades e atitudes, incluindo principalmente a apresentação de seminários, podendo ser aplicadas outras atividades desenvolvidas em sala de aula e fora dela (alicerçadas no exercício de estruturação de tema, delimitação do tema, problema, hipótese e objetivos), participação qualificada nas aulas, assiduidade e elaboração e entrega de artigo científico.

BIBLIOGRAFIA BÁSICA

- ASSIS, Romeu José de. Cipa - Teoria e Prática. 2. ed. São Paulo: Juruá, 2017.
- CARDELLA, Benedito. Segurança no Trabalho e Prevenção de Acidentes. 2. ed. São Paulo: ATLAS, 2016.
- CAMISASSA, Mara Queiroga. Segurança e Saúde no Trabalho: NRs 1 a 36 comentadas e descomplicadas. São Paulo: Método, 2015.
- EQUIPE DE LEGISLAÇÃO ATLAS. Segurança e Medicina do Trabalho. 79. ed. São Paulo: ATLAS, 2017.
- GÓES, Maurício de Carvalho. ENGELMANN, Wilson. Direito das Nanotecnologias e o Meio Ambiente de Trabalho. Porto Alegre: Livraria do Advogado, 2015.
- MELO, Raimundo Simão de. Direito Ambiental do Trabalho e a saúde do trabalhador. 3. Ed. São Paulo: LTr, 2008.
- MIGUEL, Alberto Sérgio S. R. Manual de Higiene e Segurança do Trabalho. 13. ed. Porto: Porto, 2014.
- OLIVEIRA, Sebastião Geraldo de. Proteção jurídica à saúde do trabalhador. 6. Ed. São Paulo: LTr, 2011.

_____. Indenizações por acidente do trabalho ou doença ocupacional. 12ª ed. Salvador: JusPODIUM, 2021.

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR

MONTEIRO, Antonio Lopes; BERTAGNI, Roberto Fleury de Souza. Acidentes do Trabalho e Doenças Ocupacionais. 8. ed. São Paulo: Saraiva, 2016.

NEWSTROM. JOHN W. Comportamento Organizacional: O comportamento humano no trabalho. São Paulo: McGraw Hill, 2008.

PEREIRA, Alexandre Demetrius. Tratado de Segurança e Saúde Ocupacional – Aspectos Técnicos Jurídicos. Vol 3 (NR 13 a NR 15). 2. ed. São Paulo: Saraiva, 2015.

PEREIRA, Alexandre Demetrius. Tratado de Segurança e Saúde Ocupacional – Aspectos Técnicos Jurídicos. Vol 4 (NR 16 a NR 18). 2. ed. São Paulo: Saraiva, 2015.

RAMAZZINI, Bernardino. As doenças dos trabalhadores. 4. ed. São Paulo: Fundacentro, 2016.

SALIBA, Tuffi Messias. Prova Pericial em Segurança e Higiene. 2. ed. São Paulo: LTr, 2016.

SALIBA, Tuffi Messias. Manual Prático de Higiene Ocupacional e PPRA. 8. ed. São Paulo: LTr, 2017.

SALIBA, T. M.; CORRÊA, M. A. C. Insalubridade e Periculosidade. Editora Ltr: São Paulo. 13ª edição. 2014.

SIQUEIRA, M. M., & PADOVAM, V. A. R. Bases teóricas de bem-estar subjetivo, bem-estar psicológico e bem-estar no trabalho. Psicologia: Teoria e Pesquisa, 24(2), 201-209, 2008.

TAMAYO, A. Cultura e saúde nas organizações. Porto Alegre: Artmed, 2004.

VENDRAME, Antonio Carlos. Curso de Introdução à Perícia Judicial. 2. ed. São Paulo: LTr, 2012.

IDENTIFICAÇÃO

Programa de Pós-Graduação: Mestrado Profissional em Direito da Empresa e dos Negócios

Disciplina: Direito Internacional do Comércio

Nível: Mestrado

Ano/Semestre: 2025/2

Carga horária total: 30 h/a

Créditos: 2 Créditos

Área temática: Direito

Código da disciplina: 112167

Professor: Prof. Dr. Marcelo De Nardi

EMENTA

Fundamentos teóricos e práticos do Direito Internacional do Comércio. O sistema econômico internacional: os atores; o comércio mundial; evolução. Transações de exportação e importação; agentes e sujeitos no comércio internacional; aspectos gerais dos negócios internacionais. Fundamentos da política comercial no Brasil e no mundo; bases jurídicas e políticas do sistema multilateral de comércio; regionalismo. Tópicos práticos do comércio internacional, contratos internacionais.

CONTEÚDO PROGRAMÁTICO

- Fundamentos do Direito Internacional do Comércio
 - Direito, soberania, sistemas jurídicos, jurisdição, contrato, arbitragem
 - Abordagens contratual e regulatória
- Evolução histórica do Comércio Internacional
 - Comércio internacional e Estado nacional
 - Teorias do Comércio Internacional
- Atores no Comércio Internacional
 - Intervenientes públicos e privados
 - Papéis dos atores, interações
- Comércio exterior no Brasil
 - Exportação e importação, promoção comercial

- Defesa comercial
- OMC e Mercosul
 - Organizações internacionais
 - Mercosul - estrutura, evolução, resultados
 - OMC - evolução, estrutura, resultados
 - Tratados que compõem a OMC
- Multilateralismo vs. Regionalismo
- Tópicos práticos do Comércio Internacional
 - Agentes e sujeitos no Comércio Internacional
 - Contratos

AVALIAÇÃO

- Contribuições acadêmicas em sala de aula - 30%
 - Contribuições durante os momentos de debate
 - Participação em atividades interativas, como questionários, seminários e semelhantes
- Artigo sobre tema a ser indicado - 70%
 - Modelo indicado pela Unisinos, com ajustes para formato específico
 - Extensão de 10 a 15 p.

BIBLIOGRAFIA BÁSICA

CAPUCIO, Camilla. *Direito Internacional do Comércio* [recurso digital]. São Paulo: Editora Senac São Paulo, 2020.

CRETELLA NETO, José. *Curso de Direito Internacional Econômico* [recurso digital]. São Paulo: Saraiva, 2012.

SOUSA, José Meireles de. *Fundamentos do comércio internacional* [recurso digital]. São Paulo: Saraiva, 2009. Série comercio exterior, v. 2.

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR

AMARAL Júnior, Alberto do. *Curso de Direito Internacional Público* [recurso digital]. 5ª e. São Paulo: Atlas, 2015.

AMARAL, Antonio Carlos Rodrigues do (Org.). *Direito do Comércio Internacional*: aspectos fundamentais. 3ª e. rev. e atual. São Paulo: Lex, 2014.

ANJOS, Priscila Caneparo dos. *A Organização Mundial do Comércio e os Direitos Humanos*: Idealismo Romântico ou Ceticismo Racional? *Economic Analysis of Law Review*; Brasília Vol. 12, Ed. 1, (Jan-Apr 2021): 17-31. Disponível em:

<https://www.proquest.com/openview/29afbd63adca9076d39e748993ac1265/1?pq-origsite=gscholar&cbl=1226335> . Acesso em: 13ago.2021.

CAPUCIO, Camila. *A OMC e o regionalismo do século XXI*: estratégia de imposição de modelos normativos? [recurso digital] *Revista de Direito Internacional*, Brasília, v. 12, n. 2, 2014, p. 336-348. Disponível em: DOI <https://doi.org/10.5102/rdi.v11i2.3158>, acesso em: 18ago.2021.

CAPUCIO, Camila. *Comércio internacional e integração regional*: a OMC e o regionalismo. Belo Horizonte: Arraes Editores, 2012.

ENGELBERG, Esther. *Contratos internacionais do comércio*. 4. ed. São Paulo: Atlas, 2007.

LIMA-CAMPOS, Aluisio de (Org.). *Ensaio em comércio internacional*. São Paulo: Singular, 2005.

OLIVEIRA, Jaciel Rodrigues. *Principais teorias de comércio internacional*. Blog A Gaia Política: o mundo nosso de cada dia. Disponível em:

<https://jacieltrodrigues.wordpress.com/2009/10/13/principais-teorias-de-comercio/><https://jacieltrodrigues.wordpress.com/2009/10/13/principais-teorias-de-comercio-internacional/internacional/>. Acesso em: 18ago.2021.

RAINELLI, Michel. *Comércio internacional*. Barueri: Manole, 2004.

RÊGO, Elba Cristina Lima. *Do Gatt a OMC*: o que mudou, como funciona e para onde caminha o sistema multilateral de comércio. *Revista do BNDES*, Rio de Janeiro, v. 3, n. 6, p. [3]-22, dez. 1996. Disponível em: <http://web.bndes.gov.br/bib/jspui/handle/1408/11014>.

Acesso em: 7ago.2021.

SILVA, Elaine Cristina Gonzaga da. *Direito Internacional em expansão*: encruzilhada entre comércio internacional, direitos humanos e meio ambiente. São Paulo: Saraiva, 2016. 1 recurso online.

TIMM, Luciano Benetti; RIBEIRO, Rafael Pellegrini; ESTRELLA, Angela T. Gobbi. *Direito do Comércio Internacional* [livro digital]. São Paulo: FGV, 2009.

VASCONCELOS, Raphael Carvalho de. *Teoria do Estado e a unidade do Direito Internacional: domesticando o rinoceronte*. Belo Horizonte: Arraes Editores, 2016.

VASCONCELOS, Raphael Carvalho de. *30 anos velando o Mercosul vivo*. Disponível em: <https://ilabrazilblog.wixsite.com/blog/post/30-anos-velando-o-mercosul-vivo>. Acesso em: 9ago.2021.

IDENTIFICAÇÃO

Nível: ☒ Mestrado ☐ Doutorado

Programa de Pós-Graduação: Mestrado Profissional em Direito da Empresa e dos Negócios

Disciplina: Direito Tributário e Tributação

Nível: Mestrado

Ano/Semestre: 2025/2

Carga horária total: 30h/a

Créditos: 2 Créditos

Área temática: Direito

Código da disciplina: 121797

Professor: Prof. Dr. Éderson Garin Porto

EMENTA

Análise da estrutura do sistema tributário brasileiro, no que se refere aos princípios que delineiam a tributação, os principais diplomas infraconstitucionais e os tributos propriamente ditos que impactam a atividade privada. Aspectos importantes que afetam a tomada de decisão do contribuinte, como carga tributária, custos de transação e de conformidade com a legislação

tributária e planejamento tributário. Os impactos e consequências das normas de tributação internacional e de tributação sobre o comércio exterior na atividade privada. A economia encaminha-se para uma globalização cada vez maior, e as normas tributárias que afetam importação e exportação de bens e serviços, assim como a renda internacional de empresas, no que se referem as suas controladas e coligadas em diversas jurisdições, passam a ter importância crucial na tomada de decisão das empresas brasileiras. Tributos sobre importação e exportação, tratados internacionais e preços de transferência, dentre outros.

CONTEÚDO PROGRAMÁTICO

- 1) AULA 06/04/2024 (09:00-12:00): Introdução à tributação. Porque e para quê existem tributos; princípios constitucionais, Finanças Públicas, Custo dos Direitos, Equilíbrio Fiscal. Aula expositiva. Aula Expositiva
- 2) AULA 20/04/2024 (09:00-12:00): Análise Econômica da Tributação. Tributação sobre bases econômicas, Escolha Racional, trade-offs entre justiça, igualdade e neutralidade; Tributação Ótima; Liberdade Econômica, Direitos sociais e tributação; Segurança Jurídica e Cálculo Econômico; Texto e Norma, Princípios e Regras, Comunicação e Interpretação. Teoria dos Jogos. Aula expositiva.
- 3) AULA 04/05/2022 (09:00-12:00): Direito Tributário Internacional: limites territoriais da lei. Fontes do Direito Tributário Internacional. Normas internacionais e relação com a legislação interna. Elementos de Conexão. Tratados Internacionais em matéria tributária. Tributação sobre Controladas e Coligadas no Exterior. Incentivos Fiscais. Trusts e Planejamento Tributário; BEPS (Base Erosion Profit Shifting). Aula Expositiva.
- 4) AULA: Extrafiscalidade. Planejamento Tributário e Propósito Negocial; Infrações e Sanções Tributárias; Tax Morality; Tributação da economia digital.
- 4) AULA 18/05/2024 (09:00-12:00): Extrafiscalidade. Planejamento Tributário e Propósito Negocial; Infrações e Sanções Tributárias; Tax Morality; Tributação da economia digital. Aula expositiva.
- 5) AULA 31/05/2024 (18:30 -21:30): Reforma Tributária. EC nº 132/2023. Reforma Tributária da Renda.
- 6) AULA 08/06/2024 (09:00-12:00): Estudo de caso: Caso Neymar – Acórdão 2402-005.703, Processo nº 15983.720065/2015-11, j. 15/03/2017.
- 7) AULA 14/06/2024 (18:30 -21:30): Estudo de caso: Tema 69, STF.

8) AULA 22/06/2024 (09:00-12:00): Estudo de caso: Temas 881 e 885 do STF.

9) AULA 29/06/2024 (09:00-12:00): Estudo de caso: Tema 745, STF.

AVALIAÇÃO

Com exceção das cinco primeiras aulas expositivas, ministradas pelo Professor, todas as demais serão com apresentação de seminários pelos alunos, cobrindo todos os textos e estudos dos casos sugeridos, através de exposições e debates com a turma. A forma de avaliação será pela apresentação de seminários e entrega de paper sobre o tema estudado pelo mestrando no prazo de 30 dias após a conclusão da disciplina.

BIBLIOGRAFIA BÁSICA

AVI-YONAH, Reuve. Tax convergence and globalization. Tradução de João Henrique Algarve; Cristiano Carvalho. Revista Tributária das Américas, [S.l.], v. 1, p. 140-146, 2010.

CALIENDO, Paulo. Tributação de coligadas e controladas no exterior. In: CARVALHO, Cristiano (Org.). Direito tributário atual. São Paulo: Elsevier, 2015. p. 271-297.

CARVALHO, Cristiano. Teoria da decisão tributária. São Paulo: Saraiva, 2013.

CARVALHO, Paulo de Barros; MARTINS, Ives Gandra da Silva. Guerra fiscal: reflexões sobre a concessão de benefícios no âmbito do ICMS. São Paulo: Noeses, 2012.

CHRISTIANS, Allison. Avoidance, Evasion, and Taxpayer Morality. Washington University Journal of Law & Policy, [S.l.], v. 44, p. 2-17, 2014.

DUFF, David. Elisão Fiscal no Século XXI. Revista Tributária das Américas, [S.l.], v. 5, p. 191-227, 2012.

KAPLOW, Louis; SHAVELL, Steven. Rules versus standards: an economic analysis. Duke Law Journal, [S.l.], v. 42, n. 3, p. 557-629, 1992.

NASCIMENTO, Octavio Bulcão. Royalties na mineração e o caos federativo. In: CARVALHO, Cristiano (Org.). Direito tributário atual, São Paulo: Elsevier, 2015. p. 123-135.

SILVA, Eivany Antônio da. O Imposto de Renda e os Lucros e Rendimentos Auferidos no Exterior. In: ROCHA, Valdir de Oliveira (Coord.). Grandes questões atuais do direito tributário. São Paulo: Dialética, 2002.

ROSENBLATT, Paulo. General anti-avoidance rules for major developing countries. Walter Kluwer, 2016.

UTAMI, Ana Paula et al. Observatório do Carf: planejamento tributário. JOTA – Notícias Jurídicas que fazem a diferença, São Paulo, 27 mar 2016. Disponível em: <<http://jota.uol.com.br/observatorio-carf-planejamento-tributario>>. Acesso em: 12 ago. 2016.

VASCONCELOS, Breno Ferreira Martins et al. Observatório do Carf: tributação de lucros de coligadas e controladas no exterior. JOTA – Notícias Jurídicas que fazem a diferença, São Paulo, 3 abr. 2016. Disponível em: <<http://jota.uol.com.br/observatorio-carf-tributacao-de-lucros-de-coligadas-e-controladas-no-exterior>>. Acesso em: 11 ago. 2016.

YACOLCA ESTARES, Daniel. Agenda pendiente em America Latina para incorporar la tributacion ambiental. In: CARVALHO, Cristiano (Org.). Direito tributário atual. São Paulo: Elsevier, 2015. p. 71-92.

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR

BARRETO, Paulo Ayres. Algumas reflexões sobre o “propósito negocial” no direito tributário brasileiro. In: CARVALHO, Cristiano (Org.). Direito tributário atual. São Paulo: Elsevier, 2015. p. 199-210.

BOMFIM, Diego. Proposta teórica de identificação de normas extrafiscais. In: CARVALHO, Cristiano (Org.). Direito tributário atual. São Paulo: Elsevier, 2015. p. 51-69.

CAMPOS, Fabricio Costa Resende de. Um modelo financeiro para determinação de evasão fiscal o Brasil no âmbito federa. Revista Tributária das Américas, [S.l.], v. 10, p. 39-57, 2014.

CARVALHO, Lucas de Lima. Le coup de Berger: a critique of the contribution of emerging economies to the OECD BEPS action plan. Revista Tributária das Américas, [S.l.], v. 10, p. 237-248, 2014.

COÊLHO, Carolina Reis Jatobá. Sigilo bancário e governança global: a incorporação do FATCA (Foreign Account Tax Compliance Act) no ordenamento jurídico brasileiro diante do impacto regulatório internacional. Revista da Receita Federal: Estudos tributários e aduaneiros, v. 1, n. 2, 2015. p. 86. Disponível em:

<<http://www.revistadareceitafederal.receita.fazenda.gov.br/index.php/revistadareceitafederal/article/view/152/29>>. Acesso em: 01 junho 2017.

DEFFENTI, Fabiano; CARVALHO, Cristiano. Trusts e planejamento tributário. Revista Tributária das Américas, [S.l.], v. 1, p.147-165, 2010.

DIZDAREVIC, Melissa A. The FATCA provisions of the hire act: boldly going where no withholding has gone before. Fordham Law Review. Ver. 2967, 2011. Disponível em:

<<http://ir.lawnet.fordham.edu/cgi/viewcontent.cgi?article=4728&context=flr>>. Acesso em: 14 ago. 2017.

ELALI, André. Incentivos fiscais, neutralidade da tributação e desenvolvimento econômico: a questão da redução das desigualdades regionais e sociais. [S.l.]: [s.n], 2007.

FRANCA FILHO, Marcílio Toscano. Princípios da tributação internacional sobre a renda. Revista de Informação Legislativa, Brasília, DF, v. 35, n. 137, p. 83-90, 1998. Disponível em: <<http://www2.senado.leg.br/bdsf/bitstream/handle/id/334/r137-08.pdf?sequence=4>>. Acesso em: 3 out. 2017.

LAFFER, Arthur. Achieving public policy goals via tobacco taxation in Indonesia. [S.l.]: The LAFFER Institute, 2014.

TÔRRES, Heleno. Direito Tributário Internacional. Planejamento tributário e operações transnacionais. São Paulo: Revista dos Tribunais, 2001.

TORRES, Heleno. Interpretação das convenções para evitar a dupla tributação e prestação de serviços. In: CARVALHO, Cristiano (Org.). Direito tributário atual. São Paulo: Elsevier, 2015. p.230-253.

XAVIER, Alberto. Direito tributário internacional do Brasil: tributação das operações internacionais. Rio de Janeiro: Forense, 2002.

IDENTIFICAÇÃO

**Programa de Pós-Graduação em Direito – Mestrado Profissional em Direito da
Empresa e dos Negócios**

Disciplina: Direitos Humanos e Empresas

Ano/Semestre: 2025/2

Nível: Mestrado

Carga horária total: 30h/a

Créditos: 2 créditos

Área temática: Direito

Código da disciplina: 121806

Professor: Dr. Wilson Engelmann

EMENTA

Fenômeno da Globalização. Empresas no Contexto Internacional. Proteção aos Direitos Humanos nas Empresas. Empresas Transnacionais. A OIT e ONU na defesa dos Direitos Humanos dos Trabalhadores. Neoescravidão. Princípios Orientadores das Empresas e Direitos Humanos.

CONTEÚDO PROGRAMÁTICO

A globalização e os seus diálogos com as organizações. Riscos Tecnológicos e Atividade Empresarial. Responsible Research and Innovation (RRI). O reflexo do RRI na estrutura organizacional dos direitos humanos nas empresas. Responsabilidade Social nas Empresas. Desenvolvimento Humano-Empresarial. O contrato de trabalho como um contrato de Direitos Humanos. Reforma Trabalhista e Direitos Humanos.

OBJETIVOS

- a) Estudar o âmbito empresarial dos Direitos Humanos;
- b) Perquirir os efeitos do estudo dos Direitos Humanos no contrato de trabalho;
- c) Estabelecer a estrutura humana como fator de desenvolvimento empresarial, fora da dualidade empregado e empregador.

METODOLOGIA

Serão utilizadas variadas metodologias para o desenvolvimento das atividades planejadas, especialmente preparação e apresentação de seminários e de relatórios de leitura, pesquisa em sala de aula, estudos de casos, construção de mapas conceituais, *design thinking*, *frameworks*, árvores de decisão e outros modelos.

AValiação

A avaliação será realizada a partir de competências, posicionadas a partir de conhecimentos, habilidades e atitudes, incluindo a apresentação de seminários e outras atividades desenvolvidas em sala de aula e fora dela (alicerçadas no exercício de estruturação de tema, delimitação do tema, problema, hipótese e objetivos), participação qualificada nas aulas, assiduidade elaboração de artigo científico.

BIBLIOGRAFIA BÁSICA

ABBOT, C. Non-state Actors and the Challenges of Regulating New Technology, **Journal of Law and Society**, 39, 3, p. 329-358, September 2012.

BACKER, L. C. Multinational corporations as objects and sources of transnational regulation. **ILSA Journal of International & Comparative Law**, 14, 2, p. 499-523, 2008.

BROWNSWORD, R. Technological management and the Rule of Law. **Law, Innovation and Technology**, v. 8, n. 1, p. 100-140, 2016.

COLLINGRIDGE, D. **The social control of technology**. New York: St. Martin's Press, 1980.

CORTINA, A. **Cidadão do mundo**: para uma teoria da cidadania. São Paulo: Loyola, 2005.

CENTRO DE GESTÃO E ESTUDOS ESTRATÉGICOS - CGEE. **Desenvolvimento tecnológico e mercado de trabalho** - Digitalização e relação homem-máquina: mudanças e tendências na legislação em nível global. Brasília: Centro de Gestão e Estudos Estratégicos, 2021. 112 p. Disponível em: https://www.cgee.org.br/documents/10195/734063/cgee_sdt23_DTMT.pdf/761fb0b0-e889-4a90-9361-7121e0bc98c1?version=1.3

FLORIDI, Luciano (Editor). **The OnLife manifesto**: being human in a hyperconnected era. London: Springer Open, 2015. Disponível em: https://www.academia.edu/9742506/The_Onlife_Manifesto_Being_Human_in_a_Hyperconnected_Era

MARCHANT, G. E.; SYLVESTER, D. J. Transnational models for regulation of nanotechnology. **Journal of Law, Medicine and Ethics**, p. 714-725, Winter 2006. Disponível em: <https://ssrn.com/abstract=907161>. Acesso em 20 jan. 2022.

RUGGIE, John Gerard. **Quando negócios não são apenas negócios**: as corporações multinacionais e os direitos humanos. Tradução de Isabel Murray, Planeta sustentável, São Paulo, 2014. Documento disponível para Kindle.

SÁ E BENEVIDES, I. A.; SÁ RIBEIRO, M. R. de. A internacionalização dos direitos humanos e sua repercussão na atuação das empresas transnacionais. In ALL, P. M.; OVIEDO ALBÁN, J.; VESCOVI, E. (Directores). **La actividad internacional de la empresa**. Bogotá: Grupo Editorial Ibáñez, 2017, p. 288-308.

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR

BRASIL. Presidência da República. Decreto n. 9.571, de 21 de novembro de 2018. **Estabelece as Diretrizes Nacionais sobre Empresas e Direitos Humanos**. 2018. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2015-2018/2018/Decreto/D9571.htm. Acesso em 20 jan. 2022.

CONSELHO NACIONAL DOS DIREITOS HUMANOS – CNDH. Resolução n. 05, de 12 de março de 2020. **Dispõe sobre Diretrizes Nacionais para uma Política Pública sobre Direitos Humanos e Empresas**. Disponível em: [https://www.gov.br/mdh/pt-br/acesso-a-](https://www.gov.br/mdh/pt-br/acesso-a)

informacao/participacao-social/conselho-nacional-de-direitos-humanos-cndh/copy_of_ResoluoDHeempresas.pdf. Acesso em: 20 jan. 2022.

DARNACULLETA I GARDELLA, M. M. “La autorregulación regulada en la doctrina anglosajona y continental-europea”. In **Autorregulación y sanciones**. ARROYO JIMÉNEZ, L.; NIETO MARTIN, A. (Dirección). Editorial Aranzadi, Navarra, 2015.

ENGELMANN, Wilson. Nanotecnologia e direitos humanos. In: **Cadernos de Direito Actual**, Santiago de Compostela, Espanha, n. 9. Núm. Ordinário, 2018, p. 441-487. Disponível em <http://www.cadernosdedereitoactual.es/ojs/index.php/cadernos/article/view/325/201>. Acesso em 20 jan. 2022.

ESTEVE PARDO, J. El reto de la autorregulación o cómo aprovechar en el sistema jurídico lo que se gesta extramuros del mismo. Mito y realidad del Caballo de Troya. ARROYO JIMÉNEZ L. y NIETO MARTÍN, A. (Dirección). **Autorregulación y sanciones**. Editorial Aranzadi, Navarra, 2015.

GRUNWALD, A. **The hermeneutic side of responsible research and innovation**. Wiley/ISTE, London, 2016, v. 5. Documento disponível para Kindle.

GUSTON, D. H. Understanding ‘anticipatory governance’. **Social Studies of Science**, v. 44, n. 2, p. 218-242, 2014.

HANNUM, H. “Reinvigorating Human Rights for the Twenty-First Century”, **Human Rights Law Review**, v. 16, p. 409-451, 2016.

HERBERG, M. Global legal pluralism and interlegality: environmental self-regulation in multinational enterprises as global law-making. DILLING, O.; HERBERG, M. and WINTER, G. (Editors). **Responsible business: self-governance and law in transitional economic transactions**. Hart Publishing; Oñati International Series in Law and Society, Oxford, 2008.

HOFFMANN-RIEM, W. Direito, tecnologia e inovação. MENDES, G.; SARLET, I. W.; COELHO, A. Z. P. (Coord.). **Direito, Inovação e Tecnologia**. Saraiva: São Paulo, 2015, vol. 1.

HOLLINGWORTH, P. **The light and fast organization: a new way of dealing with uncertainty**. Wiley, Melbourne, 2016.

INTERNATIONAL ORGANIZATION FOR STANDARDIZATION – ISO. ISO 26000. **Social Responsibility**. 2018. 20 p. Disponível em: <https://www.iso.org/files/live/sites/isoorg/files/store/en/PUB.pdf>. Acesso em: 20 jan. 2022.

NASCIMENTO, Juliana Oliveira (coord.). **ESG: o cisne verde e o capitalismo de *Stakeholder*:** a tríade regenerativa do future global. São Paulo: Revista dos Tribunais, 2021.

NORDMANN, Alfred. Responsible innovation, the art and craft of anticipation, **Journal of Responsible Innovation**, v. 1, n. 1, p. 87-98, 2014.

ONU. **Guiding principles on business and human rights:** Implementing the United Nations “Protect, Respect and Remedy” Framework. Human Rights Council (A/HRC/17/31), which also includes an introduction to the Guiding Principles and an overview of the process that led to their development. The Human Rights Council endorsed the Guiding Principles in its resolution 17/4 of 16 June 2011.

RUGGIE, John Gerard. Report of the Special Representative of the Secretary-General on the issue of human rights and transnational corporations and other business enterprises. **Human Rights Council Seventeenth Session;** Agenda item 3: Promotion and protection of all human rights, civil, political, economic, social and cultural rights, including the right to development. 21 mar. 2011. Disponível em: <https://www.right-docs.org/download/7325/>. Acesso em: 20 jan. 2022.

SISODIA, Raj; GELB, Michael J. **Empresas que curam:** despertando a consciência dos negócios para ajudar a salvar o mundo. Tradução Edite Siegert. São Paulo: Alta Books, 2020. (Formato Kindle).

IDENTIFICAÇÃO

Nível: ☒ Mestrado ☐ Doutorado

Programa de Pós-Graduação: Mestrado Profissional em Direito da Empresa e dos Negócios

Disciplina: Formas de Resolução de Conflitos

Nível: Mestrado

Ano/Semestre: 2025/2

Carga horária total: 30h/a

Créditos: 2 Créditos

Área temática: Direito

Código da disciplina: 112156

Professor: Prof. Dra. Daniela Pellin

EMENTA

A crise do Poder Judiciário e a busca por soluções alternativas. A assessoria jurídica como modo de prevenção de conflitos. Métodos alternativos de solução de controvérsias. Teoria da Negociação. Escolas. Mediação. Arbitragem. Compromisso arbitral. Processo arbitral. Poder Judiciário e Arbitragem.

CONTEÚDO PROGRAMÁTICO

DATA/AULA	ECOSSISTEMA DE CONHECIMENTOS
-----------	------------------------------

ENCONTRO 01	Apresentação da proposta da disciplina, da metodologia do desenvolvimento da aprendizagem, dos critérios de avaliação e contextualização da matéria. Distribuição de temas e seminários. TEMA: Aspectos globalizantes da resolução de conflitos ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS (ONU). Diretrizes para a mediação eficaz. Nova York: UNDP, 2015. Disponível em: https://peacemaker.un.org/sites/peacemaker.un.org/files/GuidanceEffectiveMediation_UNDPA2012_pt_Jun2015correction_0.pdf. CONSELHO NACIONAL DE JUSTIÇA (CNJ). Conciliação e Mediação. Disponível em https://www.cnj.jus.br/programas-e-acoas/conciliacao-e-mediacao/
ENCONTRO 02	TEMA: Fundamentos da Negociação LEWICKI, Roy J.; SAUNDERS, David M.; BARRY, Bruce. Fundamentos de negociação. 5ed. Porto Alegre: MGH, 2014.
ENCONTRO 03	TEMA: Comunicação Aplicada ROSENBERG, Marshall, Comunicação Não Violenta. São Paulo: Ágora, 2006.
ENCONTRO 04	TEMA: Escolas de Métodos de Negociação Conheça os principais modelos de mediação de conflitos. Disponível em https://emporiadodireito.com.br/leitura/conheca-os-principais-modelos-de-mediacao-de-conflitos
ENCONTRO 05	TEMA: Mediação (Lei nº 13.140/2015) e Conciliação Organização de Cooperação para o Desenvolvimento Económico (OCDE). Recomendação Do Conselho Relativa Às Linhas Directrizes Que Regem A Protecção Dos Consumidores No Contexto Do Comércio Electrónico. Disponível em https://www.oecd.org/sti/consumer/34023696.pdf
ENCONTRO 06	TEMA: Mediação (Lei nº 13.140/2015) e Novas Tecnologias (<i>Online Dispute Resolution</i> (ODR)) BELCHIOR, Wilson Sales. Online Dispute Resolution, inovações e benefícios para o setor corporativo. Disponível em https://rms.adv.br/rms-noticias/direito-digital/online-dispute-resolution-inovacoes-e-beneficios-para-o-setor-corporativo/

ENCONTRO 07	TEMA: Mediação Empresarial Internacional CONVENÇÃO DE SINGAPURA SOBRE MEDIAÇÃO. Disponível em https://www.singaporeconvention.org/
ENCONTRO 08	TEMA: Arbitragem DELGADO, José Augusto. A arbitragem no Brasil – Evolução histórica e conceitual. Disponível em http://www.escolamp.org.br/arquivos/22_05.pdf .
ENCONTRO 09	TEMA: Arbitragem na Administração Pública e Coletiva RODOVALHO, Thiago e CAHALI, Francisco José. A Arbitragem no Novo CPC - Primeiras Impressões. In FREIRE, Alexandre <i>et al</i> (Org.). Novas tendências do Processo Civil: estudos sobre o projeto do novo código de processo civil. Vol. 2. Salvador: JusPodivm, 2014, pp. 583/604. Regulamento da CAMARB: http://camarb.com.br/mediacao/regulamento/ SILVEIRA, Sebastião Sergio da; GUIMARÃES, Leonardo Aquino Moreira; ZACARIAS, Fabiana. Meios Alternativos de Resolução de Conflitos: arbitragem de direitos coletivos. In Revista Húmus . V. 9, n. 25 (2019). Disponível em http://www.periodicoseletronicos.ufma.br/index.php/revistahumus/article/view/10853
ENCONTRO 10	TEMA: Jurimetria e análise preditiva para negociação, mediação, conciliação e arbitragem ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE JURIMETRIA (ABJ). Por que usar R para a Jurimetria? Publicado em 01 mar 2020. Disponível em https://abj.org.br/por-que-usar-r-para-jurimetria/

OBJETIVOS

O **objetivo geral** da disciplina é incluir o aluno no contexto sistêmico dos métodos de resolução alternativas de disputas no formato extrajudicial e judicial, com conhecimento teórico, aplicado e contextualização crítica e de âmbito global, inclusive com o fim de aprimoramento profissional. De posse dessa verificação, a disciplina tem como **objetivos específicos**: a) tornar o aluno protagonista na comunicação de linguagem de novos padrões de comportamento jurídico no exercício de atividade profissional; b) dar ao aluno condições de se apropriar do discurso dos métodos alternativos de resolução de disputas; e, c) transformar o aluno em gestor

de novos padrões de reflexão jurídica sistêmica que sirvam para intervenções jurídicas em tomadas de decisão jurídica e econômica.

METODOLOGIA

A metodologia aplicada às aulas é a sistêmico-constructivista e tem na pragmática a resposta aos problemas diagnosticados pelo aluno a partir do conhecimento recebido em aulas expositivas e dialogadas, sendo o protagonista na construção das respostas. As técnicas de aula-pesquisa são a leitura de textos, capítulos de livros, artigos e atividades de reflexão e fixação de conteúdos aplicadas em sala de aula, além da produção acadêmica de seminário e elaboração e entrega de artigo científico como conclusão da disciplina, ao final do semestre, o qual deverá estar em condições de publicação científica.

AValiação

Para a conclusão da disciplina, com aprovação, o aluno deverá alcançar a nota mínima de 7,0 (de um total de 10,0) pontos, avaliada no contexto global, da seguinte forma:

A participação ativa promovendo debate em cada aula lhe conferirá de 0,0 a 1,0 ponto, conferido proporcionalmente ou na totalidade dos 10 encontros.
--

A elaboração e realização de seminário temático, no valor total de 0,0 a 4,0 pontos, a depender dos critérios preenchidos, segundo orientações recebidas para a atividade.
--

Entrega de artigo científico (segundo regras da ABNT e de metodologia científica da pesquisa) que deverá abordar: objeto, problema, hipótese, objetivo geral, objetivos específicos, referências bibliográficas, nacional e estrangeira, observados ao longo do processo de construção da disciplina que computará o valor de 0,0 a 5,0 pontos. Caso o artigo seja entregue fora do prazo, será descontado 1,0 ponto do total avaliado.

BIBLIOGRAFIA BÁSICA

ALMEIDA, Fábio Portela Lopes de. A teoria dos jogos: uma fundamentação teórica dos métodos de resolução de disputa. In: AZEVEDO, André Gomma de (Org.). Estudos em arbitragem, mediação e negociação. Brasília :Grupos de Pesquisa, 2003. v. 2

ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE JURIMETRIA (ABJ). Por que usar R para a Jurimetria? Publicado em 01 mar 2020. Disponível em <https://abj.org.br/por-que-usar-r-para-jurimetria/>

- BERGAMINI, C.W. Administração do sentido. São Paulo: atlas, 2009.
- CARMONA, Carlos Alberto. Arbitragem e processo: comentários a Lei nº 9307/96. 3. ed. São Paulo: Atlas, 2009.
- FISHER, Roger; URY, William; PATTON, Bruce. Como chegar ao sim: negociação de acordos sem concessões. Rio de Janeiro: Imago, 2005.
- JOBIM, Eduardo; MACHADO, Rafael Bicca. Arbitragem no Brasil: aspectos jurídicos relevantes. São Paulo: Quartier Latin, 2008.
- LEWICKI, Roy J.; SAUNDERS, David M.; BARRY, Bruce. Fundamentos de negociação. 5ed. Porto Alegre: MGH, 2014.
- MELLO, Rafael Munhoz de. Arbitragem e Administração Pública. In: Revista Jurídica da Procuradoria-Geral do Estado do Paraná. Curitiba, n. 6, p. 47-81, 2015.
- MORAIS, Jose Luis Bolzan de; SPENGLER, Fabiana Marion. Mediação e arbitragem: alternativas à jurisdição! Porto Alegre: Livraria do Advogado, 2012.
- NERY, Ana Luisa. Arbitragem coletiva. São Paulo: Revista dos Tribunais, 2017.
- ROSENBERG, Marshall, Comunicação Não Violenta. São Paulo: Ágora, 2006.
- TIMM, Luciano. Arbitragem nos contratos empresariais. Porto Alegre: Livraria do Advogado, 2009.
- URY, William. Supere o não: negociando com pessoas difíceis. 6 ed. Rio de Janeiro: Record, 2006.
- URY, William. O poder do não positivo. São Paulo: Elsevier, 2007.
- WARAT, Luis Alberto. Surfando na Pororoca: o ofício do Mediador. Vol. III. Florianópolis: Fundação Boiteux, 2004.

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR

- CALMON, Petrônio. Fundamentos da mediação e conciliação. 3 ed. Gazeta jurídica, 2015.
- CARVALHAL, Eugênio et al. Negociação e administração de conflitos. 2 ed. Rio de Janeiro: FGV, 2011.
- CONSELHO NACIONAL DE JUSTIÇA (CNJ). Conciliação e Mediação. Disponível em <https://www.cnj.jus.br/programas-e-aco/es/conciliacao-e-mediacao/>
- COOTER, Robert D.; RUBINFELD, Daniel L. Economic analysis of legal disputes and their resolution. Journal of Economic Literature, Pittsburgh, v. 27, n. 3, p. 1067-1097, Sept. 1989. Disponível em: <<http://www.jstor.org/stable/2726775>>. Acesso em: 20 dez. 2017.

DELGADO, José Augusto. A arbitragem no Brasil – Evolução histórica e conceitual.

Disponível em http://www.escolamp.org.br/arquivos/22_05.pdf

DEUTSCH, Morton. Conflict resolution: theory and practice. Political Psychology, [S.l.], v. 4, n. 3, p. 431-453, 1983.

OLIVEIRA, Lauro Ericksen Cavalcanti. A teoria geral dos conflitos e a sua compreensão como um fenômeno sócio-jurídico: os planos objetivo, comportamental e anímico dos conflitos. In: Revista da Escola Superior da Magistratura Trabalhista da Paraíba. Ano IV – Número 4. João Pessoa: Outubro, 2001.

ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS (ONU). Diretrizes para a mediação eficaz. Nova York: UNDP, 2015.

Disponível em:

https://peacemaker.un.org/sites/peacemaker.un.org/files/GuidanceEffectiveMediation_UNDP_A2012_pt_Jun2015correction_0.pdf.

SILVEIRA, Sebastião Sergio da; GUIMARÃES, Leonardo Aquino Moreira; ZACARIAS, Fabiana. Meios Alternativos de Resolução de Conflitos: arbitragem de direitos coletivos. In Revista Húmus. V. 9, n. 25 (2019).

Disponível em:

<http://www.periodicoseletronicos.ufma.br/index.php/revistahumus/article/view/10853>

IDENTIFICAÇÃO

Programa de Pós-Graduação em Direito da Empresa e dos Negócios

Nível: ☒ Mestrado ☐ Doutorado

Disciplina: Gerenciamento de Risco Empresarial

Semestre: 2025/2

Carga horária: 15 - Créditos: 1

Área temática: Direito

Código da disciplina: 112158

Professor: André Rafael Weyermüller

EMENTA

Sociedade e Risco. Sistemas sociais e gerenciamento de risco. Análise, avaliação e gestão dos riscos. Risco ambiental. Regulação de Riscos. O papel dos tribunais na Regulação dos riscos. Gerenciamento dos riscos ambientais. Modelos e instrumentos para gerenciamento de riscos. Princípios orientadores para a gestão jurídica de riscos. Elementos para a gestão jurisdicional

do risco: probabilidade e magnitude. Riscos catastróficos. Pandemia e o risco. Direito e desastres.

CONTEÚDO PROGRAMÁTICO

- Contexto jurídico do risco;
- Sociedade de Risco e Sistemas sociais;
- Princípios orientadores para a gestão jurídica de perigos e riscos ambientais: Prevenção e precaução;
- Análise, avaliação e gestão dos riscos de atividades perigosas: Consequências jurídicas;
- Governança dos Riscos;
- Regulação de Riscos ambientais e do consumidor para o empreendedor;
- O papel dos Tribunais na Regulação dos riscos;
- Modelos e instrumentos para gerenciamento de riscos;
- Adaptação a novos cenários;
- Elementos para a gestão jurisdicional do risco: probabilidade e magnitude;
- Empresas de criatividade e tecnologia e o risco;
- Oportunidades no risco e avaliação sistêmica.

AValiação

A avaliação consistirá em Seminários sobre os temas das aulas.

BIBLIOGRAFIA BÁSICA

ANTUNES, Paulo de Bessa. **Direito ambiental**. 16. ed. São Paulo: Atlas, 2014.

DAMODARAN, Aswath. **Gestão estratégica do risco**: uma referência para a tomada de riscos empresariais. Tradução de Félix Nonnenmacher. Porto Alegre: Bookman, 2009.

DUARTE, Márcia de Freitas; SILVA, André Luis. A experimentação do risco na carreira criativa. **Revista Eletrônica de Ciência Administrativa**, Campo largo, v. 12, n. 2, p. 156-

172, 2013. Disponível

em:<<http://www.periodicosibepes.org.br/ojs/index.php/recadm/article/view/1517/709>>.

Acesso em: 20 dez. 2017.

FISHER, Elizabeth. **Risk: regulation and administrative constitutionalism**. Oxford: Hart Publishing, 2007.

HOHENDORFF, Raquel von; ENGELMANN, Wilson. **Nanotecnologias aplicadas aos agroquímicos no Brasil: a gestão dos riscos a partir do diálogo entre as fontes do Direito**. Curitiba: Juruá, 2014.

LUHMANN, Niklas. **Risk: a sociological theory**. New Jersey: Aldine Transaction, 2008.

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR

ADAMS, John. **Risco**. Tradução de Lenita Rimoli Esteves. São Paulo: SENAC, 2009.

CARVALHO, Délton Winter de. **Dano ambiental futuro: a responsabilização civil pelo risco ambiental**. 2. ed. rev., atual. e ampl. Porto Alegre: Livraria do Advogado, 2013.

FACHIN, Luiz Edson. Da felicidade paradoxal à sociedade de riscos: reflexões sobre risco e hiperconsumo. In: _____ **Sociedade de risco e direito privado: desafios normativos, consumeristas e ambientais**. São Paulo: Atlas, 2013. p. 380-393.

JASANOFF, Sheila. **Science at the bar: law, science, and technology in america**. Cambridge: Harvard University Press, 1995.

LEITE, José Rubens Morato; CAETANO, Matheus Almeida. A responsabilidade civil por danos ambientais na sociedade de risco: um direito reflexivo frente às gerações de problemas ambientais. In: _____ **Sociedade de risco e direito privado: desafios normativos, consumeristas e ambientais**. São Paulo: Atlas, 2013. p. 273-296.

LUHMANN, Niklas. **Introdução à teoria dos sistemas**. Tradução de Ana Cristina Torres Nafarrate. Petrópolis: Vozes, 2009.

MILARÉ, Édís. **Direito do ambiente**. 10. ed. São Paulo: Revista dos Tribunais, 2015.

PADOVEZE, Clóvis Luís; BERTOLUCCI, Ricardo Galinari. **Gerenciamento do risco corporativo em controladoria**. 2. ed. São Paulo: Atlas, 2013.

SÁNCHEZ, Helena Nadal. De lo público a lo común en los modelos de propiedad intelectual: La garantía de un nuevo sistema civil. In: _____. **O impacto das novas tecnologias nos direitos fundamentais**. Joaçaba: Ed. UNOESC, 2015. p. 203-229.

STEELE, Jenny. **Risks and legal theory**. Oxford: Hart Publishing, 2004.

THOMAS, Janet M.; CALLAN, Scott J. **Economia ambiental**: fundamentos, políticas e aplicações. São Paulo: Cengage Learning, 2010.

VERCHICK, Robert R. M. **Facing catastrophe**: environmental action for a post- Katrina world. Cambridge: Harvard University Press, 2010.

WEYERMÜLLER, André Rafael. **Água e adaptação ambiental**: o pagamento pelo seu uso como instrumento econômico e jurídico de proteção. Curitiba: Juruá, 2014.

IDENTIFICAÇÃO

Nível: ☒ Mestrado ☐ Doutorado

Programa de Pós-Graduação: Mestrado Profissional em Direito da Empresa e dos Negócios

Disciplina: Insolvência e Recuperação Empresarial

Nível: Mestrado

Ano/Semestre: 2025/2

Carga horária total: 30h/a

Créditos: 2 Créditos

Área temática: Direito

Código da disciplina: 121798

Professor: Prof. Dr. Manoel Gustavo Neubarth Trindade

EMENTA

Análise dos institutos da falência e da recuperação judicial e extrajudicial empresarial, tanto no âmbito nacional quanto internacional e seus efeitos na gestão empresarial.

CONTEÚDO PROGRAMÁTICO

- Recuperação judicial e extrajudicial e seus aspectos jurídicos e econômicos.
- Recuperação judicial: pressupostos e condições do pedido de recuperação, verificação dos créditos.
- Órgãos concursais: administrador judicial, comitê de credores, assembléia geral de credores.
- Efeitos da recuperação quanto à pessoa, obrigações e bens do devedor.
- Plano de recuperação: fase de observação, fase de cumprimento, convolação da recuperação em falência.
- Falência e seus aspectos jurídicos e econômicos.
- Pressupostos e condições da ação falimentar, processamento, sentença, recursos cabíveis.
- Fase falimentar: formação da massa objetiva, arrecadação, liquidação do ativo, ações falimentares, responsabilidade dos sócios e administradores da sociedade, formação da massa subjetiva, verificação e classificação dos créditos, formação do quadro geral de credores, pagamento, sentença de encerramento.
- Efeitos da falência quanto à pessoa, obrigações e bens do devedor.
- Fase pós-falimentar: extinção das obrigações, reabilitação.
- Crimes Falimentares.
- Temas especiais de direito concursal.

BIBLIOGRAFIA BÁSICA

AYOUB, Luiz Roberto e CAVALLI, Cássio. A construção jurisprudencial da Recuperação Judicial de empresas. Rio de Janeiro: Forense, 2013.

BEZERRA FILHO, Manoel Justino. Lei de recuperação de empresas e falências. 9. ed. São Paulo: Revista dos Tribunais, 2013.

CAMPINHO, Sérgio. Falência e recuperação de empresa: o novo regime da insolvência empresarial. 6. ed., Rio de Janeiro: Renovar, 2012.

COELHO, Fábio Ulhoa. Comentários à nova lei de falências e de recuperação de empresas. 9. ed. São Paulo: Saraiva, 2013.

FRANÇA, Erasmo Valladão Azevedo e Novaes; ADAMEK, Marcelo Vieira Von. (coord.). Temas de direito empresarial e outros estudos: em homenagem ao Professor Luiz Gastão Paes de Barros Leães. São Paulo: Malheiros, 2014

FRANCO, Vera Helena de Mello; SZTAJN, Rachel. Falência e recuperação da empresa em crise: comparação com as posições do direito europeu. Rio de Janeiro: Elsevier, 2008.

IMHOF, Cristiano. Lei de falências e de recuperação de empresas e sua interpretação jurisprudencial. Florianópolis: Conceito Editorial, 2009.

PAIVA, Luiz Fernando Valente de (coord.). Direito falimentar e a nova lei de falências e recuperação de empresas: Lei 11.101 de 9 de fevereiro de 2005 e LC 118 de 9 de fevereiro de 2005. São Paulo: Quartier Latin, 2005

SPINELLI, Luís Felipe; TELLECHEA, Rodrigo; SCALZILLI, João Pedro. Recuperação de Empresas e Falência. Teoria e prática na Lei 11.101/2005. São Paulo: Almedina, 2023.

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR

BRANCO, Gerson Luiz Carlos. Juízo universal e pedido de restituição na recuperação judicial (Jurisprudência comentada). Revista dos Tribunais, São Paulo, n.972, p. 403-408, out. 2016.

CALÇAS, Manoel de Queiroz Pereira; SILVA, Ruth Maria Junqueira de Andrade Pereira e. Da cessão fiduciária de crédito na recuperação judicial: análise da jurisprudência. Cadernos Jurídicos, São Paulo, v.16, n.39, p. 9-19, jan./mar. 2015.

CEREZETTI, Sheila Christina Neder: A prevalência da vontade da assembleia-geral de credores em questão: o cram down e a apreciação judicial do plano aprovado por todas as classes. Revista de Direito Mercantil: Industrial, Econômico e Financeiro, São Paulo, v.45, n.143, p.202-242, jul. 2006.

FRANCO, Vera Helena de Mello. A crise econômica e a reforma do direito concursal no continente europeu: função social ou manutenção da atividade? Revista dos Tribunais, São Paulo, n.936, p. 73-112, out. 2013.

LOBO, Jorge Joaquim. Responsabilidade por obrigações e dívidas da sociedade empresária na recuperação extrajudicial, na recuperação judicial e na falência. Revista Jurídica, Porto Alegre, v.355, p.47-57, maio. 2007.

MARTINS, Ives Gandra da Silva. Criação de subsidiária integral nos termos do artigo 50, inciso II, da Lei nº 11.101/05, objetivando gerar recursos para saldar obrigações de empresa em recuperação judicial. As empresas criadas nos termos dos referidos dispositivos não carregam as responsabilidades da empresa em recuperação. Declaração de inidoneidade da empresa mãe não se transfere para a empresa criada por determinação judicial (Parecer). Revista Magister de Direito Empresarial, Concorrencial e do Consumidor, Porto Alegre, v.9, n.54, p. 36-58, dez. 2013/jan. 2014.

MUNHOZ, Eduardo Secchi. Cessão fiduciária de direitos de crédito e recuperação judicial de empresa. Revista do Advogado, São Paulo, v.29, n.105, p. 33-47, set. 2009.

TOLEDO, Paulo Fernando Campos Salles de. O plano de recuperação e o controle judicial da legalidade. Revista de Direito Bancário e do Mercado de Capitais, São Paulo, v.16, n.60, p. 307-324, abr./jun. 2013.

WAISBERG, Ivo; LIMA, Stefan Lourenço de. Fundos de investimento e sua utilização em recuperação judicial - Aspectos relevantes. Revista de Direito Bancário e do Mercado de Capitais, São Paulo, v.16, n.60, p. 205-221, abr./jun. 2013.

IDENTIFICAÇÃO

Programa de Pós-Graduação em Direito da Empresa e dos Negócios

Nível: ☒ Mestrado ☐ Doutorado

Disciplina: Mercado Financeiro e de Capitais e Economia Internacional

Semestre: 2025/2

Carga horária: 30 - Créditos: 2

Área temática: Direito

Código da disciplina: 112161

Professor: João Zani

EMENTA

Análise dos aspectos jurídicos relativos ao mercado financeiro e de capitais, propiciando um maior conhecimento sobre o ambiente no qual se situa a empresa em suas relações internas e externas, com vistas a desenvolver as competências necessárias para saber atuar nos âmbitos consultivo e contencioso da advocacia empresarial e atividades afins. Teorias do Comércio Internacional: das vantagens absolutas de Adam Smith à nova Teoria do Comércio

Internacional. Teoria e Prática da Política Comercial. O Multilateralismo e a Estrutura de Comércio administrada pela Organização Mundial de Comércio (OMC). Blocos Econômicos: teoria, mensuração e evidência. Balanço de Pagamentos e Câmbio. O Setor Externo da Economia Brasileira.

CONTEÚDO PROGRAMÁTICO

- Mercado financeiro e de capitais o Fundamentos.
Sistema Financeiro Nacional o Mercados monetário, de crédito, de capitais, e cambial
- Multilateralismo e Comércio Internacional o
Teorias de Comércio Internacional o Balanço de Pagamentos o Blocos econômicos, Mercosul o
Organização Mundial do Comércio - OMC

AVALIAÇÃO

20% Participação em Sala de Aula.

80% Estudos de Caso / Apresentação.

BIBLIOGRAFIA BÁSICA

KERR, Roberto. **Mercado financeiro e de capitais**. São Paulo: Pearson, 2011.

KRUGMAN, Paul R.; OBSTFELD, Maurice; MELITZ, Marc J. **Economia internacional**.

10. ed. São Paulo: Pearson, 2015.

YAZBEK, Otávio. **Regulação do mercado financeiro e de capitais**. São Paulo: Elsevier, 2009.

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR

APPLEYARD, D.; FIELD, A.; COBB, S. **Economia internacional**. Porto Alegre: AMGH, 2010.

BACHA, Edmar. **Estado da economia mundial desafios e respostas**: seminário em homenagem a Pedro Malan. Rio de Janeiro LTC. 2015.

EIZIRIK, Nelson et al. **Mercado de capitais**: regime jurídico. 3. ed. Rio de Janeiro: Renovar, 2011.

FUND, International Monetary. **Balance of payments and international investment position manual**. Washington.: International Monetary Fund, 2009.

LOSS, Louis; SELIGMAN, Joel. **Fundamentals of securities regulation**. 5. ed. New York: Aspen Publishers, 2004.

PROENÇA, José Marcelo Martins. **Insider trading: regime jurídico do uso de informações privilegiadas no mercado de capitais**. São Paulo: Quartier Latin, 2005.

QUIROGA MOSQUERA, Roberto (Coord.). **O direito tributário e o mercado financeiro e de capitais**. São Paulo: Dialética, 2010.

SZTAJN, Rachel. **Sistema financeiro**: entre estabilidade e risco. Rio de Janeiro: Elsevier, 2010.

SZTAJN, Rachel; FRANCO, Vera Helena de Mello. **Manual de direito comercial e mercado de valores mobiliários**. São

IDENTIFICAÇÃO

Nível: ☒ Mestrado ☐ Doutorado

Programa de Pós-Graduação: Mestrado Profissional em Direito da Empresa e dos Negócios

Disciplina: Normas Gerais e Regimes Próprios de Previdência

Nível: Mestrado

Semestre: 2025/2

Carga horária total: 15h/a

Créditos: 1 Crédito

Área temática: Direito

Código da disciplina: 121808

Professor: Prof. Dr. Daniel Machado da Rocha

EMENTA

Os Regimes Próprios de Previdência no Brasil. As reformas da previdência no Brasil. Principais Impactos da EC 103/2019. O Papel das normas gerais. A sustentabilidade dos Regimes Próprios de Previdência. O mito ou a realidade do déficit previdenciário. A proteção previdenciária ofertada aos servidores públicos.

CONTEÚDO PROGRAMÁTICO

Princípios constitucionais relativos à previdência. Normas gerais de direito previdenciário. Reformas constitucionais: causas e consequências. Aproximação entre os regimes públicos de previdência. Financiamento dos regimes de previdência. Contribuições ordinárias e extraordinárias cobradas dos servidores ativos e inativos. Regimes Próprios, constituição da unidade gestora, proibição de criação e regras para sua extinção. Controle dos Tribunais de Contas. Acumulação de benefícios. Teto para o pagamento de benefícios. Benefícios devidos em face da Incapacidade. Aposentadoria Compulsória. Aposentadoria programada. Aposentadoria Especial do Servidor. Pensão Por Morte. Abono de permanência. Previdência Complementar dos Servidores Públicos. Análise de Casos.

OBJETIVOS

a) Diferenciar as regras do Regime Geral de Previdência e do Regime Próprio de Previdência;

- b) Estudar as Transformações entre os Regimes de Previdência e os Efeitos na Aposentadoria;
- c) Compreender os aspectos que devem ser observados para viabilizar a sustentabilidade de um regime próprio de previdência ao longo do tempo.

METODOLOGIA

Serão utilizadas variadas metodologias para o desenvolvimento das atividades planejadas, especialmente preparação e apresentação de seminários e de relatórios de leitura, pesquisa em sala de aula, estudos de casos, construção de mapas conceituais, *design thinking*, *frameworks*, e outros modelos.

AValiação

A avaliação será realizada a partir de competências, posicionadas a partir de conhecimentos, habilidades e atitudes, incluindo a apresentação de seminários e outras atividades desenvolvidas em sala de aula e fora dela (alicerçadas no exercício de estruturação de tema, delimitação do tema, problema, hipótese e objetivos), participação qualificada nas aulas, assiduidade elaboração de artigo científico.

BIBLIOGRAFIA BÁSICA

CAMPOS, Marcelo Barroso Lima Brito de. Regime Próprio de Previdência Social dos Servidores Públicos. 8 ed. Curitiba: Juruá, 2017.

LAZZARI, João Batista (coord) CASTRO, Carlos Alberto Pereira; ROCHA, Daniel Machado da; KRAVCHYCHYN, Gisele. Comentários à reforma da Previdência. Rio de Janeiro: Forense, 2020.

PIERDONÁ, Zelia Luiza. DERZI, Heloisa Hernandez. A EC Nº 103/2019 E A SUSTENTABILIDADE DA PREVIDÊNCIA SOCIAL BRASILEIRA Revista direito das relações sociais e trabalhistas, vol 5, nº2. Disponível em: <http://publicacoes.udf.edu.br/index.php/mestradodireito/article/view/189>

ROCHA, Daniel Machado da. Comentários à lei de benefícios da previdência social. 20. ed. Curitiba: Alteridade, 2022.

ROCHA, Daniel Machado da; SAVARIS, Jose Antonio. Direito previdenciário: fundamentos de interpretação e aplicação. 2 ed. Curitiba: Alteridade, 2019.

SAVARIS, José Antonio. Uma Teoria da Decisão Judicial da Previdência Social: contributo para a superação da prática utilitarista. Florianópolis: Conceito Editorial, 2011.

SAVARIS, José Antonio; *SOUZA, Victor Roberto Corrêa de*. Tutela jurídica dos direitos sociais em formação na PEC da “nova previdência”: uma análise do tratamento conferido às aposentadorias voluntárias. Disponível na internet: <https://doi.org/10.14210/nej.v24n3.p913-941> Acesso em 01.07.2020.

SARLET, Ingo Wolfgang. A eficácia do direito fundamental à Segurança Jurídica: dignidade da pessoa humana, direitos fundamentais e proibição de retrocesso social no direito constitucional brasileiro. In ROCHA, Carmen Lúcia Antunes (Org.). Constituição e segurança jurídica: direito adquirido, ato jurídico perfeito e coisa julgada. Estudos em homenagem a José Paulo Sepúlveda Pertence. 2a edição, Belo Horizonte: Fórum, 2005, p. 85-135.

SARLET, Ingo Wolfgang. O Estado Social de Direito, a proibição de retrocesso e a garantia fundamental da propriedade. Revista eletrônica sobre a reforma do estado, Salvador, Instituto Brasileiro de Direito Público, nº 9, março/abril/ Maio 2007. Disponível na internet: <http://www.direitodoestado.com.br/codrevista.asp?cod=182> . Acesso em 01.08.2020.

SARMENTO, Daniel. Direito Adquirido, Emenda Constitucional, Democracia e Justiça Social Revista eletrônica sobre a reforma do estado, Salvador, Instituto Brasileiro de Direito Público, Revista eletrônica sobre a Reforma do Estado, nº 12 dezembro/janeiro/fevereiro 2008. Disponível na internet: <http://www.direitodoestado.com.br/codrevista.asp?cod=248>. Acesso em 25.07.2020.

SOUZA, Victor. Proteção e Promoção da Confiança no Direito Previdenciário. Curitiba: Alteridade, 2018.

VIEIRA, Lucia Helena (Coordenadora). Regimes Próprios: aspectos relevantes, v. 15 São Bernardo do Campo: APEPREM, 2021

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR

ALEXY, Robert. Teoria de los derechos fundamentales. Trad. Ernesto Garzón Valdez. Madrid: Centro de Estudios Constitucionales, 1993.

BALERA, Wagner. Sistema de seguridade social. 4ª ed. São Paulo: LTR, 2006.

BARROSO, Luis Roberto. Judicialização, ativismo judicial e legitimidade democrática. Anuario iberoamericano de justicia constitucional, ISSN 1138-4824, Nº. 13, 2009, p. 19-20. Disponível em: <https://dialnet.unirioja.es/ejemplar/400285>. Acesso em 14 jun. 2019.

- CANOTILHO, J. J. Gomes; MENDES, Gilmar F.; SARLET, Ingo W., STRECK, Lenio L. (Coords.). Comentários à Constituição do Brasil. 2 ed. São Paulo: Saraiva/Almedina, 2018.
- DELGADO, Ignacio Godinho. Previdência social e mercado no Brasil: a presença empresarial na trajetória política social brasileira. São Paulo : LTr, 2001.
- GUASTINI, Riccardo. Distinguiendo: estudios de teoría y metateoría del derecho. Trad. Jordi Ferrer i Beltrán. Barcelona : Editorial Gedisa, 1999.
- MALLOY, James M. A Política de previdência social no Brasil. Trad. Maria José Lingren Alves. Rio de Janeiro : Graal, 1986.
- MORAIS, Océlio de Jesús C (Coord). Sistemas de Seguridad no Mundo. São Paulo: LTr, 2019.
- PEREZ-LUÑO, Antonio-Enrique. La positividad de los derechos sociales: um enfoque desde la filosofía del derecho”, Derechos y Libertades, n.º 14, 2006.
- ROCHA, Daniel Machado da. Normas Gerais de Direito Previdenciário e a Previdência do Servidor Público. Florianópolis: CONCEITO, 2012.
- ROCHA, Daniel Machado da. O direito fundamental à previdência social na perspectiva dos princípios constitucionais diretivos do sistema previdenciário brasileiro. Porto Alegre: Livraria do Advogado, 2004.
- SARLET, Ingo Wolfgang. A eficácia dos direitos fundamentais. 5ª Ed. Porto Alegre: Livraria do Advogado, 2005.

IDENTIFICAÇÃO

Nível: ☒ Mestrado ☐ Doutorado

Programa de Pós-Graduação: Mestrado Profissional em Direito da Empresa e dos Negócios

Disciplina: Novas Tecnologias e Direito

Nível: Mestrado

Ano/Semestre: 2025/2

Carga horária total: 15h/a

Créditos: 1 Créditos

Área temática: Direito

Código da disciplina: 112154

Professor: Prof. Dr. Wilson Engelmann

EMENTA

Sociedade, Direito, ciência e tecnologia, em busca de novos referenciais. Novos paradigmas do Direito e a superação do modelo linear, hierárquico, piramidal, positivista. Regulação, regulamentação, autorregulação e normas técnicas: esclarecendo conceitos. ISO e outros organismos internacionais de normalização. Os diferentes tipos de normas privadas e seu impacto no comércio internacional Autorregulação e Responsabilidade Social das empresas no desenvolvimento de novas tecnologias. Autorregulação regulada. Nanotecnologia e Autorregulação. Autorregulação e o direito à informação.

CONTEÚDO PROGRAMÁTICO

- As relações contemporâneas entre o Direito e as Novas Tecnologias.
- Desafios jurídicos trazidos pelas nanotecnologias no cenário de ausência regulatória estatal.
- O diálogo entre as fontes do Direito e as questões atinentes à Regulação, regulamentação, autorregulação.
- O direito à informação e os desafios à gestão empresarial dos riscos das nanotecnologias.
- A caracterização jurídica das normas da ISO e da OCDE.
- A responsabilidade social das empresas no desenvolvimento de novas tecnologias: o framework de John Gerard Ruggie e os Direitos Humanos.

AVALIAÇÃO

- Participação qualificada nas aulas, evidenciando a leitura dos textos previamente indicados para cada encontro;
- Elaboração e apresentação de seminário;
- Relatório de leitura.

BIBLIOGRAFIA BÁSICA

AQUINO, Marcelo Fernandes de. Os arranjos colaborativos e complementares de ensino, pesquisa e extensão na educação brasileira e sua contribuição para um projeto de sociedade sustentável no Brasil. In: Caderno IHU Ideias, São Leopoldo, ano II, n. 187, 2013. Disponível em: <http://www.ihu.unisinos.br/images/stories/cadernos/ideias/187cadernosihuideias.pdf>. Acesso em: 13 jun. 2023.

BALDWIN, Robert; CAVE, Martin; LODGE, Martin. Understanding regulation: theory, strategy, and practice. Second Edition. Oxford: Oxford University Press, 2012.

BECKER, Daniel; FERRARI, Isabela (Coord.). Regulação 4.0: novas tecnologias sob perspectiva regulatória. São Paulo: Thomson Reuters, Revista dos Tribunais, 2019.

ENGELMANN, Wilson; WERNER, Deivid Augusto. Inteligência artificial e Direito. In FRAZÃO, Ana; MULHOLLAND, Caitlin (Coord.). Inteligência artificial e Direito: ética, regulação e responsabilidade. 2. ed. rev., atual. e ampl. São Paulo: Thomson Reuters, Revista dos Tribunais, 2020, p. 145-174.

GROSSI, Paolo. Oltre la legalità. Bari-Roma: Gius. Laterza & Figli, 2020.

HOFFMANN-RIEM, Wolfgang. Teoria geral do direito digital: transformação digital: desafios para o Direito. Tradução Italo Fuhrmann. Rio de Janeiro: Forense, 2021.

MALDONADO, Viviane Nóbrega; FEIGELSON, Bruno (Coord.). Advocacia 4.0. São Paulo: Thomson Reuters Brasil, 2019.

MATEO BORGE, Iván. La robótica y la inteligencia artificial en la prestación de servicios jurídicos. In: NAVAS NAVARRO, Susana (Dir.). Inteligencia artificial, tecnología, derecho. Valencia: Tirant lo Blanch, 2017, p. 123-150.

PARKER, Christine and HOWE, John. Ruggie's diplomatic project and its missing regulatory infrastructure. In: MARES, Radu (Edit.). The UN guiding principles on business and human rights: foundations and implementation. Boston: Martinus Nijhoff Publishers, 2012, p. 273-301.

ZACCARIA, Giuseppe. Postdiritto: nuove fonti, nuove categorie. Bologna: Società editrice il Mulino, 2022.

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR

BAPTISTA, Patrícia; KELLER, Clara Iglesias. Por que, quando e até onde regular as novas tecnologias? Entre inovação e preservação, os desafios trazidos pelas inovações disruptivas. In: FREITAS, Rafael Vêras de; RIBEIRO, Leonardo Coelho; FEIGELSON, Bruno (Coord.). Regulação e novas tecnologias. Belo Horizonte: Fórum, 2017. p. 121-150.

COOPER, Robert G. Idea-to-launch gating systems: better, faster, and more agile. *Research-Technology Management*, v. 60, n. 1, 2017, p. 48-52.

DARNACULLETA i GARDELLA, M. Mercè. D.; ESTEVE PARDO, José. Autorregulación regulada y medio ambiente: el sistema comunitario de ecogestión y auditoría ambiental. In: PARDO, José Esteve (Coord.). *Derecho del medio ambiente y administración local*. 2. ed. Barcelona: Fundación Democracia y Gobierno Local, 2005.

DARNACULLETA i GARDELLA, M. Mercè. D.; ESTEVE PARDO, José.; SPIECKER gen. DÖHMANN, Indra (eds.). *Estrategias del derecho ante la incertidumbre y la globalización*. Madrid: Marcial Pons, 2015.

DELMAS-MARTY, Mireille. *Por um direito comum*. São Paulo: Martins Fontes, 2004.

DÍEZ, Carlos Gómez-Jara. *A Responsabilidade penal da pessoa jurídica e o dano ambiental: a aplicação do modelo construtivista de autorresponsabilidade à Lei 9.605/98*. Tradução de Cristina Reindolff da Motta. Porto Alegre: Livraria do Advogado, 2013.

DIRETRIZES GERAIS E GUIA ORIENTATIVO para elaboração de análise de impacto regulatório – AIR. Subchefia de Análise e Acompanhamento de Políticas Governamentais [et al.]. - Brasília: Presidência da República, 2018. Disponível em: https://www.gov.br/casacivil/pt-br/centrais-de-conteudo/downloads/diretrizes-gerais-e-guia-orientativo_final_27-09-2018.pdf/view. Acesso em 14 jun. 2023.

ENGELMANN, Wilson; BARCAROLLO, Felipe. As nanotecnologias observadas a partir da teoria sistêmica: aproximando a complexidade e a transdisciplinaridade. In: LISBOA, Roberto Senise (Coord.). *O Direito na sociedade da informação IV: movimentos sociais, tecnologia e a atuação do Estado*. São Paulo: Almedina, 2020, p. 105-132.

ENGELMANN, Wilson. Nanotecnologia e direitos humanos. In: *Cadernos de Derecho Actual*, Santiago de Compostela, Espanha, n. 9. Núm. Ordinario, 2018, p. 441-487. Disponível em

<http://www.cadernosdedereitoactual.es/ojs/index.php/cadernos/article/view/325/201>. Acesso em 14 jun. 2023.

FENWICK, Mark D.; KAAL, Wulf A.; and VERMEULEN, Erik P.M. Regulation tomorrow: what happens when technology is faster than the Law? In: American University Business Law Review, v. 6, n. 3, 2017, p. 561-594. Disponível em: <http://digitalcommons.wcl.american.edu/aublrvol6/iss3/1>. Acesso em 14 jun. 2023.

FRÖLICH, Afonso Vinício Kirschner. Fundamentação das decisões judiciais e inteligência artificial: uma ressignificação ao Direito Processual atual e futuro. Londrina: Thoth, 2023, v. 8.

MORO, Paolo (a cura di). Etica, Diritto e Tecnologia: percorsi dell'informatica giuridica contemporanea. Milano: FrancoAngeli, 2021.

SCHWAB, Klaus. A quarta revolução industrial. Tradução Daniel Moreira Miranda. São Paulo: EDIPRO, 2016.

SCHWAB, Klaus. Aplicando a quarta revolução industrial. Tradução Daniel Moreira Miranda. São Paulo: EDIPRO, 2018.

IDENTIFICAÇÃO

Nível: ☒ Mestrado ☐ Doutorado

Programa de Pós-Graduação: Mestrado Profissional em Direito da Empresa e dos Negócios

Disciplina: Processo Previdenciário na Prática Empresarial

Nível: Mestrado

Ano/Semestre: 2025/2

Carga horária total: 30h/a

Créditos: 2 Créditos

Área temática: Direito

Código da disciplina: 121807

Professor: Prof. Dr. Cristiano Colombo

EMENTA

Princípios do Processo Previdenciário. Início do Processo Previdenciário. Fase Instrutória do Processo Previdenciário. Fase Decisória do Processo Previdenciário. Recursos Administrativos. Recurso Ordinário. Recurso Especial. Embargo de Declaração e Erro Material. Reclamação ao Conselho Pleno. Uniformização de Jurisprudência.

CONTEÚDO PROGRAMÁTICO

Juizado Especial Federal. Prática Processual. Justiça Federal. Prática Processual. Instâncias Superiores. Prática Processual. Mandado de Segurança e Benefícios Previdenciários. A Sentença Trabalhista e sua Repercussão no Direito Previdenciário. Decisões Previdenciárias Comentadas da TNU, do STJ e do STF. Prática Processual. Dano Moral Previdenciário. Teses no Direito Previdenciário.

OBJETIVOS

- a) Compreender a sistemática processual previdenciária no contexto das demandas contemporâneas;
- b) Estudar todas as fases do processo previdenciário e suas implicações no cotidiano empresarial;

c) Refletir sobre os efeitos da sentença trabalhista no processo previdenciário.

METODOLOGIA

Serão utilizadas variadas metodologias para o desenvolvimento das atividades planejadas, especialmente preparação e apresentação de seminários e de relatórios de leitura, pesquisa em sala de aula, estudos de casos, construção de mapas conceituais, *design thinking*, *frameworks*, árvores de decisão e outros modelos.

AValiação

A avaliação será realizada a partir de competências, posicionadas a partir de conhecimentos, habilidades e atitudes, incluindo a apresentação de seminários e outras atividades desenvolvidas em sala de aula e fora dela (alicerçadas no exercício de estruturação de tema, delimitação do tema, problema, hipótese e objetivos), participação qualificada nas aulas, assiduidade elaboração de artigo científico.

BIBLIOGRAFIA BÁSICA

AGOSTINHO, Theodoro Vicente; ALCÂNTARA, Marcelino Alves de; NOVAIS, Marco Dulgherof. Advocacia Empresarial Previdenciária. Análise Teórica e Prática sobre a (não) incidência de contribuição previdenciária. São Paulo: LTr, 2018.

BALERA, Wagner. A seguridade social na Constituição de 1988. São Paulo: Revista dos Tribunais, 1989.

BARBOSA, Gustavo Garcia. Direito do trabalho, seguridade social e processo civil: a evolução diante das mudanças no sistema jurídico. São Paulo: Saraiva, 2016.

BRAGANÇA, Kerlly Huback. Manual de direito previdenciário. 8. ed. Rio de Janeiro: Forense, 2012. Livro Eletrônico.

BULOS, Uadi Lammêgo. Curso de direito constitucional. 5. ed. São Paulo: Saraiva, 2014.

CÂMARA, Alexandre Freitas. O novo código de processo civil brasileiro. 3. ed. São Paulo: Atlas, 2017. Livro eletrônico.

CASTRO, Carlos Alberto Pereira de; LAZZARI, João Batista. Manual de direito previdenciário. 19. ed. Rio de Janeiro: Editora Forense, 2016. Livro Eletrônico.

CHAMON, Omar. Introdução ao direito previdenciário. 1. ed. Barueri: Manole, 2005.

KERTZMAN, Ivan; SANTANA, Alzemir; DANTAS, Raimundo. *Prática Empresarial Previdenciária*. Salvador: JusPodivn, 2020.

PAULSEN, Leandro; VELOSO, Andrei Pitten. *Contribuições no Sistema Tributário Nacional*. São Paulo: Saraiva Educação, 2019.

ROCHA, Daniel Machado et alii. *Comentários à Reforma da Previdência*. Rio de Janeiro: Forense, 2020.

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR

ALENCAR, Hermes Arrais. *Reforma da previdência*. EC 103/2019. Indaiatuba: Editora Foco, 2020.

BALERA, Wagner; AGOSTINHO, Theodoro Vicente. A total antijuridicidade das novas ações regressivas do INSS. *Revista de Direito Previdenciário*, n. 1/2013, p. 177, nov/2013.

CASTILHO, Paulo César Baria de. Decadência e prescrição da contribuição previdenciária a ser executada pela Justiça do Trabalho. *Doutrinas Essenciais de Direito do Trabalho e da Seguridade Social*, vol. 1, p. 1381-1397, jul/2014.

CASTRO, Carlos Alberto Pereira de; KRAVCHYCHYN, Gisele Lemos; KRAVCHYCHYN, Jefferson Luis; LAZZARI, João Batista; *Prática Processual Previdenciária*. Administrativa e Judicial. Rio de Janeiro: Editora Forense, 2019.

LÓPEZ, Victor Fernando Manrique. *Las profesiones liberales y la Seguridad Social*. Estudio de Deusto. Bilbao, Janeiro-Junho, p. 81-106, 2012.

MANSOLDO, Mary Cristina Neves. Crimes tributários sob a ótica da criminologia crítica: extinção de punibilidade pelo pagamento do tributo e a teoria do etiquetamento. *Quaestio Iuris* vol. 11, no. 02, Rio de Janeiro, 2018. pp. 839- 879 DOI: 10.12957/rqi.2018.29893.

MARTINEZ, Luciano. Aspectos controvertidos da ação regressiva. *Revista de Direito Previdenciário* | vol. 1/2013 | p. 225 | Nov / 2013. MELO, José Eduardo Soares de. *Contribuições Sociais no Sistema Tributário*. São Paulo: Melhoramentos, 2018.

NÓBREGA, Candida Dettenborn; BORGES, Nayara Gallieta. O caráter simbólico do crime de sonegação de contribuição previdenciária. *Revista de Direito Penal, Processo Penal e Constituição*, e-ISSN: 2526-0200, Curitiba, v. 2, n. 2, p. 621 - 642 | Jul/Dez. 2016

PAULSEN, Leandro; VELOSO, Andrei Pitten. *Contribuições no Sistema Tributário Nacional*. São Paulo: Saraiva Educação, 2019.

ROCHA, Daniel Machado et alii. Comentários à Reforma da Previdência. Rio de Janeiro: Forense, 2020.

RODRIGUES, Raphael Silva; MARTINS, Thiago Penido. Aferição Indireta Previdenciária: um Procedimento Fiscal Excepcional. Revistas Magister de Direito Previdenciário/Edições/48 - Dez/Jan 2019 - Revista Brasileira de Direito Previdenciário.

SAVARIS, José Antonio. Direito Processual Previdenciário. Curitiba: Alteridade, 2019.

ROCHA, Daniel Machado. Fundamentos de Interpretação e Aplicação. Curitiba: Alteridade, 2019.

IDENTIFICAÇÃO

Programa de Pós-Graduação: Mestrado Profissional em Direito da Empresa e dos Negócios

Disciplina: Temas de Direito Societário

Ano/Semestre: 2025/2

Carga horária total: 30 horas/aula

Créditos: 2

Área temática: Direito

Código da disciplina: 121799

Professor: Fabiano Koff Coulon

EMENTA

Analisa a origem dos seus institutos típicos do direito societário e sua conformação no atual direito de empresa, a partir do entendimento do fenômeno empresarial em suas mais variadas dimensões, em especial jurídica, econômica e seus impactos sociais. Trabalha com as variedades dos tipos societários relacionando-os com as especificidades dos interesses empresariais, atentando para as soluções normativas nacionais e também internacionais, em perspectiva de direito comparado, sem perder de vista as funcionalidades do direito de empresa em um contexto de internacionalização cada vez mais relevante e de impacto exponencial de novas tecnologias.

CONTEÚDO PROGRAMÁTICO

- Direito Empresarial: noções gerais, histórico e fontes;
- Teoria da empresa e do estabelecimento empresarial;
- O empresário individual. As sociedades empresárias e simples;

- Sociedades limitadas, sociedades anônimas e outras formas legais;
- Transformação, incorporação, fusão e cisão;
- Dissolução, liquidação e extinção das sociedades.
- Sociedades controladoras e controladas.
- Poder de controle. Alienação e transferência de controle societário. Acionistas controladores. Bloco de controle.
- Acionistas minoritários e sua tutela jurídica.
- A Comissão de Valores Mobiliários (CVM), Bolsa de Valores, BACEN, e demais órgãos e entidades relevantes.
- Responsabilidade dos administradores, controladores, sócios, acionistas e terceiros.
- Direito societário e processo.
- Atos societários e outros instrumentos.

Tema	Orientação
Apresentação da disciplina e da metodologia. Divisão dos seminários.	Aula expositiva e dialogada com Prof. Fabiano Coulon.
O “G” da ESG	Aula expositiva dialogada com Professor/a convidado/a.
Tendências atuais da ESG	Aula expositiva dialogada com Professor/a convidado/a.
Seminário: qual a responsabilidade social das empresas? Revisitando Milton Friedman.	Aula a ser conduzida pelos/as mestrando/as, individualmente ou em grupos. Observar textos-base anexados ao Moodle pelo Professor.
Seminário: o surgimento e o significado da ESG.	Aula a ser conduzida pelos/as mestrando/as, individualmente ou em grupos. Observar textos-base anexados ao Moodle pelo Professor.
Seminário: críticas à ESG.	Aula a ser conduzida pelos/as mestrando/as, individualmente ou em grupos. Observar textos-base anexados ao Moodle pelo Professor.

Seminário: ESG e Diversidade.	Aula a ser conduzida pelos/as mestrando/as, individualmente ou em grupos. Observar textos-base anexados ao Moodle pelo Professor.
Seminário: ESG e fornecedores.	Aula a ser conduzida pelos/as mestrando/as, individualmente ou em grupos. Observar textos-base anexados ao Moodle pelo Professor.
Encerramento da disciplina.	Finalização da exploração da temática com atividade a ser desenvolvida pela turma.

Avaliação:

No desenvolvimento da atividade acadêmica, poderão ser utilizadas as seguintes metodologias: aulas dialogadas e expositivas; seminários; estudo e discussão de casos; provas orais e/ou escritas; leitura, fichamento e análise de textos; produção textual; trabalhos coletivos e individuais; exibição e discussão de obras artístico-culturais.

As notas conferidas na atividade observarão a seguinte composição: 1. participação qualificada nos encontros, o que requer frequência, engajamento efetivo nas discussões e apresentação oral de leituras prévias efetivadas sobre os temas dos seminários (10% da nota final); 2. participação efetiva na apresentação do respectivo seminário temático (40% da nota final); 3. entrega pontual e qualidade do artigo final (50% da nota final).

Orientações gerais para os seminários:

- O tempo de apresentação deverá ficar em torno de 50min a 60 min;
- É facultada a utilização de materiais audiovisuais, desde que não retirem do mestrando o protagonismo da apresentação;
- Os artigos disponibilizados pelo professor como material básico para inserção na temática devem ser endereçados, porém a pesquisa para a realização do seminário deve ir além dessas referências básicas iniciais;
- Todos os integrantes do grupo devem falar (se realizado em grupo) e deve-se organizar os tempos de fala de modo a que não ocorra desequilíbrio entre estes;

- Organizar o seminário como se fosse uma aula, com apresentação de um plano (sumário) e das referências bibliográficas desde o início da apresentação;
- A participação qualificada dos mestrandos não responsáveis pela exposição do tema somente contará, para fins de agregar ponto à nota final, se for baseada em leitura prévia de fonte dotada de autoridade (evitar considerações gerais, senso comum e conteúdo exclusivamente de sites de notícias, ainda que especializados em temas jurídicos).

Orientações gerais para os artigos:

- Devem conter um mínimo de dez e um máximo de vinte páginas de texto (não devem ser computados nesse número máximo e mínimo as páginas contendo elementos pré ou pós-textuais);
- Devem seguir o modelo constante do site da Biblioteca da Unisinos para trabalhos de disciplinas do mestrado e doutorado do Curso de Direito e o manual das normas da ABNT compiladas constantes do mesmo site;
- Devem versar sobre quaisquer temáticas abordadas durante o desenvolvimento da disciplina ou a estas relacionadas;
- Devem ser entregues em arquivo no formato word ou pdf, em campo específico a ser criado pelo Professor na comunidade da disciplina no Moodle, impreterivelmente até a data final designada.

BIBLIOGRAFIA BÁSICA

ASCARELLI, Túlio. **Problemas das Sociedades Anônimas**. 2.ed. São Paulo: Saraiva, 1969.

BORBA, José Edwaldo Tavares. **Direito societário**. 11ª ed. Rio de Janeiro: Renovar, 2008.

CARVALHOSA, Modesto de. **Comentários à lei de sociedades anônimas**. 3ª ed. São Paulo: Saraiva, 2009.

COMPARATO, Fábio Konder; SALOMÃO FILHO, Calixto. **O Poder de Controle na Sociedade Anônima**. 5.ed. Rio de Janeiro: Forense, 2005.

MARTINS, Fran. **Curso de Direito Comercial:** empresa comercial, empresários individuais, microempresas, sociedades comerciais, fundo de comércio. 32ª ed. Rio de Janeiro: Forense, 2009.

PEDREIRA, José Luiz Bulhões e LAMY FILHO, Alfredo (Coordenadores). **Direito das Companhias.** Rio de Janeiro: Editora Forense. 2009, Vols. I e II.

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR

ADAMEK, Marcelo Vieira von. **Responsabilidade Civil dos Administradores de S/A (e as ações correlatas).** São Paulo: Saraiva, 2009.

BARBI FILHO, Celso. **Acordo de acionistas.** São Paulo: Saraiva, 1993.

BERLE, Adolf A.; MEANS, Gardiner C. **The modern corporation and private property.** 9. ed. New Brunswick / New Jersey: Transaction Publishers, 2007.

COELHO, Fábio Ulhoa. **Curso de direito comercial: direito de empresa.** 13ª ed. São Paulo: Saraiva, 2009.

EASTERBROOK, Frank H.; FISCHER, Daniel R. **The Economic Structure of Corporate Law.** Paperback Edition, Massachusetts: Harvard University Press, 1996.

FRANÇA, Erasmo Valladão de Azevedo e Novaes. ADAMEK, Marcelo Vieira Von. **Affectio Societatis: um conceito jurídico superado no moderno direito societário pelo conceito de fim social.** Direito Societário Contemporâneo I. São Paulo: Editora Quartier Latin do Brasil. 2009.

FRANÇA, Erasmo Valladão de Azevedo e Novaes. **Conflito de Interesses nas Assembléias de S.A.** São Paulo: Editora Malheiros. 1993

FRANCO, Vera Helena de Mello ; SZTAJN, R. . **Direito Empresarial.** vol II (Sociedade anônima Mercado de valores mobiliários). 2a. ed. São Paulo: Editora Revista dos Tribunais, 2009. v. 1. 317 p.

HOPT, Klaus J. Deveres legais e conduta ética de membros do conselho de administração e de profissionais. Tradução de Erasmo Valladão A. e N. França e Mauro Moisés Kertzer.

Revista de Direito Mercantil, Industrial, Econômico e Financeiro. São Paulo: Malheiros, n. 144, p. 107-119, out./dez. 2006.

LIMA, Osmar Brina Corrêa. **A Reforma da Lei das Sociedades Anônimas.** Belo Horizonte: Del Rey, 2005.

Nioac, P. R. Série GVLAW - Direito Societário - Estratégias Societárias, Planejamento Tributário e Sucessório, 2ª edição. [Digite o Local da Editora]; Editora Saraiva, 06/2011. 9788502120822. Disponível em:

<https://integrada.minhabiblioteca.com.br/#/books/9788502120822/>. Acesso em: 02 Jul 2020

KRAAKMAN, Reinier et al. **The Anatomy of Corporate Law: A Comparative and Functional Approach.** Oxford: Oxford University Press, 2004.

MUNHOZ, Eduardo Secchi. **Empresa contemporânea e Direito Societário: Poder de Controle e Grupos de Sociedade.** São Paulo: Juarez de Oliveira, 2002.

PEDREIRA, José Luiz Bulhões e LAMY FILHO, Alfredo. **A Lei das S.A.** Rio de Janeiro: Editora Renovar. 1997. 3ª edição. Vols. I e II.

PENTEADO, Mauro Rodrigues. **Aumento de Capital nas Sociedades Anônimas.** São Paulo. Editora Saraiva. 1998.

TEIXEIRA, Egberto Laceda e GUERREIRO, José Alexandre Tavares. **Das Sociedades Anônimas no Direito Brasileiro.** São Paulo: Editora Bushatsky, 1979. 1ª edição. Vols. I e II.

IDENTIFICAÇÃO

Nível: ☒ Mestrado ☐ Doutorado

Programa de Pós-Graduação: Mestrado Profissional em Direito da Empresa e dos Negócios

Disciplina: Tópicos Especiais II - Consultoria em Gestão

Nível: Mestrado

Ano/Semestre: 2025/2

Carga horária total: 30h/a

Créditos: 2 Créditos

Área temática: Direito

Código da disciplina: 112169_T08

Professor: Prof. Dr. Silvio Bitencourt da Silva

EMENTA

Fornecer uma estrutura para a compreensão da consultoria em gestão e posterior aplicação das teorias e princípios do curso para fornecer serviços de consultoria aos setor público, setor privado e consultoria interna em áreas como a gestão geral e estratégica, tecnologia da informação, gestão financeira, marketing e distribuição, e-business, gestão de operações, gestão de recursos humanos, gestão do conhecimento, produtividade e gestão de desempenho, gestão da qualidade total, transformação da empresa, sustentabilidade, design estratégico, tecnologia, inovação, legal e transformação digital.

CONTEÚDO PROGRAMÁTICO

Data	Assuntos	Tópicos
Aula 01	Origens e desenvolvimento da consultoria em gestão como	Cerruti, C., Tavoletti, E., & Grieco, C. (2019). Management consulting: a review of fifty years of scholarly research. <i>Management Research Review</i> , 42(8), 902-925.

	carreira e como objeto de pesquisa	Crişan, E. L., & Marincean, A. (2023). The digital transformation of management consulting companies: a review. <i>Information Systems and e-Business Management</i>, 1-22. Engwall, L., & Kipping, M. (2013). Management consulting: dynamics, debates, and directions. <i>International journal of strategic communication</i>, 7(2), 84-98.
Aula 02	Processo de consultoria em gestão	Bronnenmayer, M., Wirtz, B. W., & Göttel, V. (2016). Success factors of management consulting. <i>Review of Managerial Science</i>, 10(1), 1-34. Collins, D. (2016). Constituting best practice in management consulting. <i>Culture and Organization</i>, 22(5), 409-429. Mosonyi, S., Empson, L., & Gond, J. P. (2020). Management consulting: Towards an integrative framework of knowledge, identity, and power. <i>International Journal of Management Reviews</i>, 22(2), 120-149.
Aula 03	Consultoria em gestão como um negócio baseado em conhecimento	Bouwmeester, O., Heusinkveld, S., & Tjemkes, B. (2022). Intermediaries in the relevance-gap debate: A systematic review of consulting roles. <i>International Journal of Management Reviews</i>, 24(1), 51-77. Tavoletti, E., Kazemargi, N., Cerruti, C., Grieco, C., & Appolloni, A. (2022). Business model innovation and digital transformation in global management consulting firms. <i>European Journal of Innovation Management</i>, 25(6), 612-636. Werr, A., & Stjernberg, T. (2003). Exploring management consulting firms as knowledge systems. <i>Organization studies</i>, 24(6), 881-908.

Aula 04	A perspectiva do cliente de consultoria em gestão	Galwa, J., & Vogel, R. (2023). In search of legitimacy: conflicting logics and identities of management consultants in public administration. <i>Public Management Review</i>, 25(2), 404-428. Kesner, I. F., & Fowler, S. (1997). When consultants and clients clash. <i>Harvard Business Review</i>, 75(6), 22-34. Shapiro, E. C., Eccles, R. G., & Soske, T. L. (1993). Consulting: has the solution become part of the problem?. <i>MIT Sloan Management Review</i>, 34(4), 89.
Aula 05	Serviços de consultoria em gestão	Bouwmeester, O., & Stiekema, J. (2015). The paradoxical image of consultant expertise: A rhetorical deconstruction. <i>Management Decision</i>, 53(10), 2433-2456. Buono, A. F. (2023). A Humble Giant: Reframing the Management Consulting Challenge. <i>The Journal of Applied Behavioral Science</i>, 59(2), 197-201. Kirkpatrick, I., Muzio, D., & Ackroyd, S. (2012). Professions and professionalism in management consulting. In <i>The Oxford handbook of management consulting</i> (pp. 187-206). Oxford: Oxford University Press. ISO (2017), “Guidelines for management consultancy services 20700:2017”, Disponível em: www.iso.org/obp/ui/#iso:std:iso:20700:ed-1:v1:en Acesso em: 01/05/2019.

AVALIAÇÃO

Participação em Aula 40%

Discussão dos Textos 30%

Desenvolvimento de Estudos de Caso 30%

Instruções para leitura, apresentação e discussão dos textos: A cada aula haverá textos relacionadas ao tema. A leitura desses textos e referências é obrigatória para todos os alunos, que serão convidados, no decorrer da aula, para apresentar uma apreciação crítica oral, articulando os diversos pontos de vista dos textos e referências indicadas.

Desenvolvimento de Casos para Estudo: Serão designados grupos para desenvolver casos para estudo sobre consultoria em gestão em diferentes áreas de atuação. Os casos para estudo serão definidos no último dia de aula. Os casos para estudo deverão estimular o questionamento, o esclarecimento de dúvidas e o debate de ideias sobre serviços de consultoria em gestão.

BIBLIOGRAFIA BÁSICA e BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR

ABOUZEEDAN, A., KLOFSTEN, M. and HEDNER, T. (2013). Internetization management as a facilitator for managing innovation in high-technology smaller firms. *Global Business Review*, Vol. 14 No. 1, pp. 121-136.

ABRAHAMSON, E. (1996). Management fashion. *Academy of management review*, 21(1), 254-285.

ADAMS, S. M., & FLYNN, P. M. (2005). Actionable knowledge: Consulting to promote women on boards. *Journal of Organizational Change Management*, 18(5), 435-450.

ARMBRÜSTER, T. (2006). *The economics and sociology of management consulting*. Cambridge University Press.

BLOCK, P. (2011). *Flawless consulting: A guide to getting your expertise used*. John Wiley & Sons.

BRUHN, M., KARLAN, D., & SCHOAR, A. (2018). The impact of consulting services on small and medium enterprises: Evidence from a randomized trial in Mexico. *Journal of Political Economy*, 126(2), 635-687.

CANATO, A., & GIANGRECO, A. (2011). Gurus or wizards? A review of the role of management consultants. *European Management Review*, 8(4), 231-244.

CESÁRIO, M., FERNANDES, S., JESUS, B., & MONTEIRO BARATA, J. (2015). Sources of innovation: The case of Portuguese consultancy sector. *Journal of technology management & innovation*, 10(3), 44-52.

CLARK, J. M., QUAST, L. N., JANG, S., WOHKITTEL, J., CENTER, B., EDWARDS, K., & BOVORNUSVAKOOL, W. (2016). *GLOBE Study Culture Clusters: Can They Be Found*

in Importance Ratings of Managerial Competencies? *European Journal of Training and Development*, 40(7), 534-553.

FINCHAM, R. (2012). The client in the client-consultant relationship. In *The Oxford handbook of management consulting* (pp. 411-426). Oxford: Oxford University Press.

FRENKEL, M., & SHENHAV, Y. (2012). Management consulting in developing and emerging economies: Towards a postcolonial perspective. In *The Oxford handbook of management consulting* (pp. 509-527). Oxford: Oxford University Press.

GABLE, J. (2007). Eight tips for working with a consultant: top consultants offer suggestions for identifying, hiring, and working with consultants to produce a successful experience and end result for all involved. *Information Management Journal*, 41(4), 42-48.

HAAS, M. R., & HANSEN, M. T. (2005). When using knowledge can hurt performance: The value of organizational capabilities in a management consulting company. *Strategic Management Journal*, 26(1), 1-24.

HARRIS, D., SORENSEN, P., & YAEGER, T. F. (2018, July). Management Consulting through the work of Dick Beckhard: Improving Client's Lives. In *Academy of Management Proceedings* (Vol. 2018, No. 1, p. 10380). Briarcliff Manor, NY 10510: Academy of Management.

KIPPING, M., & CLARK, T. (2012). Researching Management Consulting: An Introduction to the Handbook. In Kipping, M., & Clark, T. (Eds.). *The Oxford handbook of management consulting*. Oxford University Press.

KIPPING, M., & CLARK, T. (Eds.) (2012). *The Oxford Handbook of Management Consulting*. Oxford University Press.

KIPPING, M., & KIRKPATRICK, I. (2013). Alternative pathways of change in professional services firms: The case of management consulting. *Journal of Management Studies*, 50(5), 777-807.

KUBR, M. (Ed.). (2002). *Management consulting: A guide to the profession*. International Labour Organization.

MARKHAM, C. (2005). Developing consulting skills. *Consulting to Management*, 16(4), 33.

MASSEY, C. (2003). Understanding the impact of a consultant's worldview: the use of metaphor in a diagnostic exercise. *Journal of European Industrial Training*, 27(6), 304-312.

- POWELL, T. H., & AMBROSINI, V. (2017). Espoused versus realized knowledge management tool usage in knowledge intensive organizations. *The International Journal of Human Resource Management*, 28(2), 356-378.
- STURDY, A., WRIGHT, C., & WYLIE, N. (2016). Managers as consultants: The hybridity and tensions of neo-bureaucratic management. *Organization*, 23(2), 184-205.
- TAMINIAU, Y., SMIT, W., & DE LANGE, A. (2009). Innovation in management consulting firms through informal knowledge sharing. *Journal of knowledge management*, 13(1), 42-55.
- WERR, A. (2012). Knowledge Management And Management Consulting. In *The Oxford handbook of management consulting* (pp. 247-266). Oxford: Oxford University Press.
- WRIGHT, C., STURDY, A., & WYLIE, N. (2012). Management innovation through standardization: Consultants as standardizers of organizational practice. *Research Policy*, 41(3), 652-662.

IDENTIFICAÇÃO

Nível: ☒ Mestrado ☐ Doutorado

IDENTIFICAÇÃO

Programa de Pós-Graduação: Mestrado Profissional em Direito da Empresa e dos Negócios

Disciplina: Tópicos Especiais II: Direito e Startups

Ano/Semestre: 2022/2

Carga horária: 30 horas/aula

Créditos: 2 créditos

Área temática: Direito

Código da disciplina:

Professor: Dr. Éderison Garin Porto

EMENTA

A compreensão da Inovação como fator de crescimento econômico e o papel desempenhado pelas startups neste cenário, bem como compreender como o direito pode desempenhar um papel importante nesta nova economia. Os instrumentos societários utilizados por empreendedores que decidem por criar startups, quer seja através de uma sociedade formalmente constituída ou por uma sociedade em comum. Aspectos fiscais de novos negócios e suas inovações. Etapas do financiamento de startups e os tipos de financiamento que os empreendedores podem encontrar. Discutir outros pontos relevantes em que o direito se relaciona com as startups.

CONTEÚDO PROGRAMÁTICO

Aula 01: Abertura da disciplina. Inovação e Startups.

Texto inicial: RIES, Eric. **A Startup Enxuta**. São Paulo: Leya, 2011.

Aula 02: Arranjos Societários em Startups. Acordos pré-operacionais. Contrato Social e Acordo de Sócios.

Texto inicial: Nybo, Erik Fontenele. Memorando de Entendimentos para Pré-Constituição de Startups. In: Júdice, Lucas Pimenta; Nybo, Erik Fontenele. **Direito das Startups**. Curitiba: Juruá, 2016.

FRANÇA, Erasmo Valladão Azevedo e Novaes. **A Sociedade em Comum**. São Paulo: Malheiros, 2013.

FRANÇA, Erasmo Valladão Azevedo e Novaes. ADAMEK, Marcelo Vieira von . Affectio societatis: um conceito jurídico superado no moderno direito societário pelo conceito de fim social. **Revista de Direito Mercantil Industrial, Econômico e Financeiro**, v. 149-150, p. 108-130, 2008.

Aula 03: Governança Corporativa em Startups;

Remuneração e Bonificação de Gestores – *Stock Options e Vesting*;

Texto inicial: SILVA, Layon Lopes. Governança Corporativa para Startups. In: JÚDICE, Lucas Pimenta; NYBO, Erik Fontenele. **Direito das Startups**. Curitiba: Juruá, 2016.

ADAMEK, Marcelo von. Abuso de minoria em direito societário. São Paulo: Malheiros Editores, 2014.

ATASANOV, V.; BLACK, B.; CICCOTELLO, C. Law and tunneling. *Journal of Corporation Law*, v. 37, 2011.

CAMARGOS, M. A.; BARBOSA, F. V. A adoção de práticas diferenciadas de Governança Corporativa beneficia o acionista e aumenta a liquidez acionária? Evidências empíricas do mercado brasileiro. *Revista de Gestão*, v. 17, n. 2, art. 5, p. 189-208, 2010.

LARRATE, Marco. Governança Corporativa e Remuneração dos Gestores. 1.ed. Atlas. São Paulo, SP, 2013.

Aula 04: Investimentos em Startup

Texto Inicial: FELD, Brad e MENDELSON, Jason. *Venture Deals: Be Smarter Than Your Lawyer and Venture Capitalist*. 3 ed. Nova Jersey: Willey, 2016.

COELHO, Giulliano Tozzi; GARRIDO, Luiz Gustavo. Dissecando o Contrato com Investidor-Anjo. In: JÚDICE, Lucas Pimenta; NYBO, Erik Fontenele. **Direito das Startups**. Curitiba: Juruá, 2016. p. 115-130.

SCALZILLI, João Pedro; SPINELLI, Luis Felipe; TELLECHEA, Rodrigo. Sociedade em Conta de Participação: aplicações práticas e diferentes formatações. IN: BOTREL, Sérgio; BARBOSA, Henrique. **Finanças Coporativas: aspectos jurídicos e estratégicos**. São Paulo: Altas, 2016. p 617-637.

SILVA, Layon Lopes. Debêntures. O que são, sua regulamentação e utilização por Sociedades Limitadas. In: JÚDICE, Lucas Pimenta; NYBO, Erik Fontenele. **Direito das Startups**. Curitiba: Juruá, 2016.

Aula 05: Aspectos Tributários em Startups

Texto inicial: PRADO, Roberta Nioac; PEIXOTO, Daniel Monteiro e DE SANTI, Eurico Marcos Diniz. *Direito societário: estratégias societárias, planejamento tributário e sucessório*. 2 ed. São Paulo: Saraiva, 2011.

Aula 06: Influência da Tecnologia nos Contratos envolvendo Startups

Acordo de Confidencialidade Termos de Uso; Política de Privacidade e Marco Civil da Internet; Contratos Eletrônicos.

Texto inicial: BACELO, Ana Paula Terra. *Arquitetura de Software: conceitos e tendências*. Jornada Acadêmica – FACIN PUCRS. 2010

ABRANTES, Antonio Carlos de Souza. A patenteabilidade de algoritmos e do Programa de computador em si. *Revista da ABPI- Associação Brasileira da Propriedade Intelectual*. Rio de Janeiro. v.135, p. 6-21. Mar/Abr 2015.

Aula 07: Propriedade Intelectual & Startup

Texto inicial: ABRANTES, Antonio Carlos de Souza. A patenteabilidade de algoritmos e do programa de computador em si. Revista da ABPI- Associação Brasileira da Propriedade Intelectual. Rio de Janeiro. v.135, p. 6-21. Mar/Abr 2015.

Aula 08: Blockchain e Smartcontracts

Texto inicial: PILKINGTON, M. Blockchain Technology: principles and applications. Research Handbook on Digital Transformations, 18, 2015. Disponível em:
<<https://ssrn.com/abstract=2662660>>.

Aula 09: Startup e Regulação

Texto inicial: ARAÚJO, D. B. S. G. Mercado de capitais: definição, funções, objetivos e histórica da regulação brasileira. Regulação brasileira do mercado de capitais. São Paulo: Saraiva, 2015.

BAPTISTA, Patrícia; KELLER, Clara Iglesias. Por que, quanto e até onde regular as novas tecnologias? Entre inovação e preservação, os desafios trazidos pelas inovações disruptivas. In: FREITAS, Rafael Veras de; RIBEIRO, Leonardo Coelho; FREIGELSON, SATHLER, Marina Rosa. Os desafios do equity crowdfunding. In: FREITAS, Rafael Veras de; RIBEIRO, Leonardo Coelho; FREIGELSON, Bruno (Coord.). Regulação e novas tecnologias. Belo Horizonte: Fórum, 2017.

Bruno (Coord.). Regulação e novas tecnologias. Belo Horizonte: Fórum, 2017.

ZHOU, W.; ARNER, D. W.; BUCKLEY, R. P. Regulation of Digital financial services in china: last mover Advantage. Tsinghua China Law Review, University of Hong Kong

Faculty of Law Research, [Paper no. 2015/044], N. 8, 2015. Disponível em:

<<http://dx.doi.org/10.2139/ssrn.2660050>>.

Aula 10: Cases de Sucesso

Texto inicial: Debate com CEOs de startups de destaque no mercado.

OBJETIVOS

A atividade acadêmica objetiva aprofundar a compreensão do ecossistema de inovação, examinar as peculiaridades das relações jurídicas estabelecidas e instigar os mestrando a pensar em soluções para os desafios que se apresentam com os avanços tecnológicos.

AValiação

Participação em aula, participação nos seminários e elaboração de parecer jurídico para solução dos problemas propostos para cada seminário.

BIBLIOGRAFIA BÁSICA

BHIDE, Amar. *Bootstrap Finance: The Art of Start-ups*. In: Harvard Business Review, v. 70, 6, p. 109-117, Nov. 1992.

COOTER, Robert; SCHÄFER, Hans-Bernd. O Nó de Salomão: como o direito pode erradicar a pobreza das nações. Curitiba: CRV, 2017.

COELHO, Giulliano Tozzi; CAMARGO, Henrique Cabral; RIGÃO, Romulo de Oliveira. Contrato De Investimento Em Startup Pela Ótica Da Teoria Da Agência: Análise De Cláusulas E A Relação Com Os Conflitos De Agência. In: Revista dos Tribunais. vol. 976. São Paulo: Revista dos Tribunais: fev. 2017. p. 221-239.

FELD, Brad e MENDELSON, Jason. *Venture Deals: Be Smarter Than Your Lawyer and Venture Capitalist*. 3 ed. Nova Jersey: Willey, 2016.

JONIKAS, Donatas. *Startup evolution curve. From idea to profitable and scalable business*. San Bernardino: IDEA, 2018.

JÚDICE, Lucas Pimenta; NYBO, Erik Fontenele. *Direito das Startups*. Curitiba: Juruá, 2016.

LARRATE, Marco. *Governança Corporativa e Remuneração dos Gestores*. 1.ed. Atlas. São Paulo, SP, 2013.

PRADO, Roberta Nioac; PEIXOTO, Daniel Monteiro e DE SANTI, Eurico Marcos Diniz. *Direito societário: estratégias societárias, planejamento tributário e sucessório*. 2 ed. São Paulo: Saraiva, 2011.

PORTO, Éderson Garin. *Manual Jurídico das Startups*. Porto Alegre: Livraria do Advogado, 2018.

RANDALL S. BILLINGSLEY, a; DAVID M. SMITH, a. *Why Do Firms Issue Convertible Debt?*. Financial Management. 2, 93, 1996.

REUM, Courtney e REUM, Carter. *Shortcut your startup. Speed up sucess with unconventional advice from the trenches*. Nova York: Gallery Books, 2018.

RIES, Eric. *The Lean Startup: How today's entreperneurs use continues innovation to create radically successful business*. Nova York: Crown Business, 2011.

SCALZILLI, João Pedro; SPINELLI, Luis Felipe; TELLECHEA, Rodrigo. *Sociedade em Conta de Participação: aplicações práticas e diferentes formatações*. IN: BOTREL, Sérgio; BARBOSA, Henrique. *Finanças Coporativas: aspectos jurídicos e estratégicos*. São Paulo: Altas, 2016. p 617-637.

THIEL, Peter. *Zero to One. Notes on startups, or how to built the future*. Nova York: Crown Business, 2014.

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR

COUTINHO, Sérgio Mendes Botrel. *Fusões e aquisições*. 4 ed. São Paulo: Saraiva, 2016.

DEGENNARO, Ramon. P.; DWYER, Gerald P. *Expected Returns to Stock Investments by Angel Investors in Groups*. Working Paper Series (Federal Reserve Bank of Atlanta). 2010. p. 1-48.

DIMOV, D; MURRAY, G. *Determinants of the Incidence and Scale of Seed Capital Investments by Venture Capital Firms*. Small Business Economics. 30, 2, 127-152, Feb. 2008. ISSN: 0921898X.

DINIZ, Gustavo Saad. *Instrumentos de Capitalização Societária*. Revista de Direito Privado. vol 49. São Paulo: Revista dos Tribunais, jan-mar 2012. p. 103-121.

ENEI, José Virgílio Lopes. *O capital de risco e o private equity no Brasil: a nova lógica do investimento*. In: ADAMEK, Marcelo Vieira Von (coord.). Temas de direito societário e empresarial contemporâneos. São Paulo: Malheiros, 2011, p. 723.

GOMPERS, P; LERNER, Josh. *The Venture Capital Revolution*. The Journal of Economic Perspectives. vol 15. n. 2. Nashville: American Economic Association, 2001. p. 145-168.

GOMPERS, P. e LERNER, J. *The Venture Capital Cycle*, Cambridge MA: MIT Press.

HAAS, Jeffrey J. *Corporate finance*. Nova York: West Academic, 2017

HILL, Claire; QUINN, Brian e SOLOMON, Steven. *Mergers and Acquisitions*. St. Paul: West Academy, 2016.

KERR, William R.; LERNER, Josh.; SCHOAR, Antoinette. *The Consequences of Entrepreneurial Finance: Evidence from Angel Financings*. In: Review of Financial Studies 27, no. 1 (January 2014): 20–55.

MAXWELL, A. L., JEFFREY, S. A., & LÉVESQUE, M. 2011. *Business angel early stage decision making*. In: Journal of Business Venturing, 26: 212–225.

SAZONOV, S; et al. *Alternative sources of business development: Mezzanine financing*. Scientific Papers of the University of Pardubice, Series D: Faculty of Economics and Administration. 23, 37, 143-155, Jan. 1, 2016. ISSN: 18048048..

SCALZILLI, João Pedro; SPINELLI, Luis Felipe; TELLECHEA, Rodrigo. *Sociedade em Conta de Participação: aplicações práticas e diferentes formatações*. IN: BOTREL, Sérgio;

SUDEK, R. *Angel investment criteria*. Journal of Small Business Strategy, 17: 89–103.

WONG, Andrew; BHATIA, Mihir; FREEMAN, Zachary. *Angel Finance: the other venture capital*. Strategic Change. Nov2009, Vol. 18 Issue 7/8, p. 221-230.